

LUCAS REIS DA SILVA

RELAÇÕES ENTRE O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E O
GOVERNO LULA (2003-2006)

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Mariana, 2008.

LUCAS REIS DA SILVA

RELAÇÕES ENTRE O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E O
GOVERNO LULA (2003-2006)

Monografia apresentada ao Curso de
História da Universidade Federal de
Ouro Preto como parte dos requisitos
para a obtenção do grau de Bacharel
em História.

Orientador: Prof. Fabrício Roberto
Costa Oliveira.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Mariana, 2008.

A meus pais.
Ao Professor Fabrício, amigo e orientador.
Aos amigos e companheiros do Movimento Estudantil.

RESUMO

Monografia de Bacharelado em História Social e Política do Brasil que analisa a relação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Governo Lula durante o ano de 2003 e durante o ano de 2006 nas edições do Jornal “O Estado de Minas”. Pretende-se analisar essa relação através das noções de poder, campos e *habitus* de Pierre Bourdieu. Os momentos de pressão e de apoio, dos quais o MST lança mão para construir sua relação com o governo Lula, são determinados por uma disputa que se dá no campo político eleitoral, ou seja, a disputa eleitoral é um elemento determinante da relação entre o MST e o governo Lula, disputa essa que alterna, num movimento pendular, momentos de reivindicações e de apoio.

ABSTRACT

This is a Baccalaureate Final Paper in Brazilian Social and Political History which analyses the relations between the “Landless Movement” (MST) and Govern Lula during the year of 2003 and the year of 2006 in publications of “O Estado de Minas” newspaper. We intend to analyse this relation through the concepts of power, fields and *habitus* by Pierre Bourdieu. The moments of pressions and supports, which the MST uses to build its relation with the govern Lula , are determinated by a dispute that happens in the electoral-political field, which means that the electoral dispute is a determinant element in the relation between the MST and govern Lula. This dispute alterns, in a pendular moviment, moments of supports and demands.

Monografia de Bacharelado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, sendo avaliadores os seguintes professores:

Prof. Ms. Fabrício Roberto Costa Oliveira
Orientador

Prof. Ms. Adriano da Gama Cerqueira

Prof. Ms. Arnaldo José Zangelmi

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de História

PARECER

A Comissão Avaliadora, composta pelos
professores....., e
....., da Monografia de Bacharelado de,
intitulada “.....”, reunida no dia/...../ 2002, às
..... horas, no ICHS, resolveu conferir ao trabalho a nota
(.....), à luz do seguinte parecer:
“.....
.....
.....
.....
.....” .

.....
.....
.....

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Certifico que, aos dias do mês de de 2002, às horas, no ICHS, reuniu-se a Comissão Avaliadora designada para julgar a Monografia de Bacharelado de, intitulada “.....”, sendo a referida Comissão composta pelos Professores(orientador),e A Comissão Avaliadora resolveu considerar o trabalho aprovado, à luz do seguinte parecer: “.....” e, por ser verdade, eu,, secretária do Departamento de História, assino a presente Certidão.

Mariana, de.....de.20...

Secretária do DEHIS

Visto:
Chefe do DEHIS

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas	9
1. Introdução	
1.1. Problemática da Pesquisa	11
1.2. Apontamentos teórico-metodológicos	17
2. Capítulo I – A Questão Agrária	
2.1. Introdução	22
2.2. Questão Agrária no Brasil - Debates	24
2.3. Colônia	27
2.4. Império	31
2.5 República	34
2.6 Questão Agrária e Ditadura no Brasil	37
2.7 Questão Agrária e Movimentos Sociais no Contexto da “abertura”	41
3. Capítulo II – MST e suas Identidades	
3.1. Introdução	54
3.2. MST e Construção da Identidade	55
3.3. MST visto do Jornal “O Estado de Minas”	66
3.4 Identidade Construída <i>versus</i> Identidade Atribuída	72
4. Capítulo III – MST e Governo Lula: construção de identidades em meio a reivindicações e apoios	
4.1. Introdução	78
4.2 O MST e o Governo Lula	81
4.3 O MST e as eleições	105
4.4 O Movimento Pendular: identidades construídas em meio a reivindicações e apoios	113
5. Conclusão.....	123
6. Bibliografia	126

Lista de Abreviaturas

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária.

ANC – Assembléia Nacional Constituinte.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros.

CNTA – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas.

MP – Medida Provisória.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

OEM – Jornal O Estado de Minas.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PCC – Primeiro Comando da Capital.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária.

PSD – Partido Social Democrático.

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

PT – Partido dos Trabalhadores.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

STF – Supremo Tribunal Federal.

TDA – Títulos da Dívida Agrária

UDR – União Democrática Ruralista.

UNE – União Nacional dos Estudantes.

USP – Universidade de São Paulo.

Introdução

1. Problemática da Pesquisa

Desde a sua fundação, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) prezou pela independência em relação aos partidos políticos. Entretanto, devido a uma relação de identidade entre o MST e o PT que remonta desde a fundação dessas duas organizações, há momentos em que não é possível fazer uma distinção política clara entre esse Movimento e o Partido dos Trabalhadores.

Essa questão nos remete ao ano de 1985, a partir do qual assiste-se no Brasil à crescente organização de movimentos sociais e à afirmação de partidos políticos (como o MST e o PT, por exemplo) a partir do processo de redemocratização na política brasileira. Como resultado do movimento operário na região do ABC paulista surge o PT, e a partir da mobilização de camponeses no sul do Brasil surge o MST. Ambos representam o resultado de organizações populares de luta pelo fim da ditadura militar. Os movimentos sociais, em especial o MST e a CUT, tiveram seu nascimento imbricado com o nascimento do Partido dos Trabalhadores e impulsionaram o PT, ao mesmo tempo em que foram impulsionados por ele.

Pela quarta vez em 2002, o PT concorre à Presidência da República com Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), o mesmo candidato das três disputas anteriores (1989, 1994 e 1998). Lula é um personagem historicamente identificado com a luta pela reforma agrária e com a militância sindical no Brasil. Fundador da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do PT, iniciou sua militância como presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC.

Luiz Inácio Lula da Silva contou com o apoio do MST todas as vezes que se candidatou, inclusive em 2002, quando venceu as eleições. Neste sentido, é importante ressaltar a esperança que despertou nos movimentos sociais o resultado eleitoral de 2002. Segundo Adrioli, “A eleição de Lula teve o apoio de inúmeros movimentos sociais, entre eles o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –, cujas expectativas influenciam constantemente a ação do novo governo¹”.

Após a eleição, uma nova configuração se deu no cenário político brasileiro. Pela primeira vez o MST esteve diante de um governo cuja história se confunde com as lutas sociais das últimas décadas. Diante dessa constatação, este trabalho monográfico trata da política de reforma agrária do Governo Lula e, sobretudo, da relação de apoio e pressão que se estabelece entre o MST e o governo durante seu primeiro mandato. Aborda

¹ ADRIOLI, António Inácio. A Reforma Agrária e o Governo Lula: entre a expectativa e a possibilidade. Revista Espaço Acadêmico – Nº 31 – dezembro de 2003 .

também as significações que o MST constrói de si mesmo e de um governo eleito com o seu apoio.

O MST, no cenário contemporâneo, é um Movimento de caráter nacional que pressionou todos os governos constituídos no Brasil redemocratizado pela realização da reforma agrária e reúne um significativo contingente de pessoas em torno da luta pela terra contra o latifúndio. Esta luta é compreendida pelos Sem Terra como parte da luta de classes na perspectiva de socialização dos meios de produção e de construção de uma nova sociedade. Diante disso, a questão que se procura analisar é a forma de atuação desse Movimento diante de um governo com raízes na lutas sociais.

De acordo com Leandro Konder, os movimentos sociais de luta pela reforma agrária foram elementos importantíssimos quando da construção do Partido dos Trabalhadores. “O principal fenômeno novo no quadro político-partidário é o Partido dos Trabalhadores (PT), formado a partir das lutas do movimento operário em São Paulo no final dos anos de 1970 [...] Para o PT confluíram movimentos sociais diversos: sindicalistas [...] ativistas vindos de movimentos sociais do campo²”. É inegável a influência determinante exercida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na construção do Partido dos Trabalhadores e o apoio explícito ao PT nas quatro eleições de Luiz Inácio Lula da Silva. Stédile também observa a

² KONDER, Leandro. *História das Idéias Socialistas no Brasil*. – São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 87.

ligação visceral existente entre a fundação do PT e do nascimento do MST: “Ainda não estava clara qual seria nosso relacionamento com o PT. Cada um tinha sua própria experiência, sua própria visão de mundo³”.

O primeiro mandato de Lula, entretanto, não respondeu às expectativas que tinha o MST quando da sua vitória eleitoral, em 2002. O assentamento de 1 milhão de famílias, promessa eleitoral⁴, não aconteceu, e nem mesmo o assentamento de 200 mil famílias conforme promessa posterior. Esse período foi marcado, também, pelo aumento do número de ocupações de terra e os movimentos de luta pela reforma agrária atuaram em mais cidades em relação ao segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)⁵. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, foram 1.708 ocupações no primeiro governo Lula e 1.379 nos últimos quatro anos de FHC (aumento de 24% na administração petista). Segundo a Folha de S.Paulo, aumentou também em 24% o número de municípios com propriedades ocupadas em relação ao segundo governo FHC. Os dados revelam que nos últimos quatro últimos anos de governo FHC, foram 638 cidades onde houve ocupações de terra, enquanto que no primeiro mandato de Lula, houve ocupações em 790 cidades (14% do total de municípios do país). Se por um lado percebe-se que o aumento do número de ocupações

³ BRANFORD, Sue e ROCHA, Jan. *Rompendo a cerca – a história do MST*. [tradução Rubens Galves Merino]. – 1ª. Ed. – São Paulo: Casa Amarela, 2004. p. 42

⁴ De acordo com o PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária)

⁵ www.folha.com.br em 07-05-07.

reflete insatisfação por parte do MST, por outro pode representar também, que devido às relações históricas entre PT e MST, houve maior tolerância do Governo em relação às mobilizações do MST e este também enxergava possibilidades mais reais de verem suas demandas atendidas no Governo do PT, daí talvez advenha uma possível explicação para o aumento das ocupações.

Embora a identificação PT-MST nunca tenha sido quebrada, em 2002, o arco de alianças da candidatura foi redefinido de forma substantiva, acolhendo setores do grande capital. O senador José Alencar, empresário mineiro do ramo têxtil, foi o escolhido como o vice de Lula. Esta composição expressava a aliança entre trabalho e capital defendida por Lula na campanha eleitoral. Empresários dos setores da indústria, do comércio, das comunicações, do setor financeiro e, também, do agronegócio aderiram à campanha de Lula, assegurados nos compromissos firmados pela candidatura na Carta ao Povo Brasileiro. Esta foi uma carta aberta divulgada pela coordenação da campanha de Lula em junho de 2002 que afirmava o compromisso da candidatura com os contratos e acordos firmados com organismos internacionais.

A participação de setores vinculados ao grande capital e ao agronegócio está posta na composição do governo. Em seus ministérios e secretarias, estiveram pessoas reconhecidamente comprometidas com a luta

pela terra, como o Ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rossetto, gaúcho ligado ao MST e à CONTAG⁶, e a Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, ambientalista acreana vinculada aos movimentos em defesa da floresta amazônica. No entanto, esteve também no ministério integrantes de setores agroindustriais como o Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, que fora Presidente da Associação Brasileira de Agrobusiness, e o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Luís Fernando Furlan, proprietário da Sadia, uma das maiores empresas agroindustriais do país.

Eis o cenário: de um lado, o Governo Lula, com raízes na luta social, abrigando setores interessados na manutenção da estrutura fundiária brasileira, de outro, o MST que, sendo aliado histórico de Lula, constitui-se como movimento de pressão pela reforma agrária. É diante desta configuração que desejo investigar a relação entre os sem-terra e o governo a partir das identidades do MST e da política de reforma agrária do Governo Lula.

⁶ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura reúne a maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais do país e é filiada à CUT.

2. Apontamentos teórico-metodológicos.

É fato que os tempos contemporâneos são marcados por uma extrema mediatização da esfera pública⁷. Nesse sentido, os meios de comunicação, sobretudo os de massa, são ambientes onde o debate político se apresenta, permitindo ao pesquisador o acesso a fatos e discussões que, por ventura, ocorram em significativa distância física. Esta constatação foi incorporada como estratégia metodológica para a realização desta proposta de pesquisa.

O Jornal “O Estado de Minas”, de circulação diária, reconhecidamente atento à política nacional, é quem ofereceu ao nosso trabalho os dados empíricos no que diz respeito a ocupações de terra, acampamentos, reuniões entre ministros e lideranças do MST e manifestações de protesto e apoio ao Governo Lula realizadas pelo Movimento. A posição de segmentos sociais interessados no debate sobre reforma agrária como igrejas, ruralistas, parlamentares, partidos políticos, centrais sindicais, organismos internacionais e intelectuais também é buscada na análise desse jornal.

O acesso ao debate público e à posição oficial do MST se fez na análise do Jornal “Sem Terra” (uma publicação mensal do MST desde 1999) e da Revista “Sem Terra” (uma publicação bimestral do MST desde

⁷ Para discussão aprofundada sobre as relações entre mídia e política contemporânea ver CARVALHO (1999).

1997). Ambas as publicações apresentam o pensamento do Movimento sobre as políticas de reforma agrária no Brasil. Isto não nos furtou de reunir artigos publicados por lideranças do MST em revistas, livros e outros jornais, bem como, documentos assinados pelo movimento ou pelo Governo Lula no período de nosso interesse ou que, tendo sido divulgados fora desse período, sejam significativos para a compreensão desta conjuntura.

Por não se tratar de um problema exclusivamente contemporâneo, a fim de compreender o debate em torno de uma política de reforma agrária, é indispensável a pesquisa histórica sobre a questão agrária no Brasil, realizada mediante leitura de textos produzidos por analistas de referência do tema, que apresentamos de forma sucinta no primeiro capítulo.

O segundo capítulo foi destinado à análise do discurso oficial do MST em seus jornais e revistas comparando com o discurso sobre o MST veiculado no Jornal OEM. Dessa forma pretendeu-se analisar a construção simbólica que o MST faz de si mesmo e de suas posturas diante do governo. Pretendeu-se analisar a forma com que o movimento constrói sua identidade, comparando-se à forma como esse movimento é visto do Jornal “O Estado de Minas”. A partir dessa análise comparativa, pode-se contrapor duas identidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A

primeira, construída por si mesmo, e a segunda, atribuída pela grande mídia. As identidades que se constroem sobre o MST (pelo Jornal “O Estado de Minas” ou por seu veículo oficial de imprensa) são instrumentos determinantes da relação de apoio e pressão exercidos pelo movimento sobre o governo.

A análise das notícias veiculadas sobre o MST no Jornal OEM é o que se faz no terceiro capítulo. Nesse momento foi feita a análise do movimento pendular: a alternância entre momentos de apoio e momentos de reivindicação.

Nesse capítulo investigamos o ano de 2003, primeiro ano do governo Lula. Esse ano representou, em seus três primeiros meses, uma queda abrupta de ocupações realizadas pelo MST, quando comparado aos anos anteriores. Nos meses posteriores, as ocupações voltam a ocupar espaço no Jornal com grande frequência. Além disso, analisaremos também as publicações de 2006, ano eleitoral.

Sobre a análise de jornais e publicações José Marques de Melo, em “Estudos de Jornalismo Comparado”, cita Gilberto Freyre, para quem o uso sistemático da imprensa nos anúncios de jornais foi “uma contribuição originalmente brasileira”, não somente para os estudos das ciências sociais no Brasil, mas em qualquer país. Cita ainda Edgard Carone, para quem “só

nos jornais os historiadores poderão encontrar os elementos fundamentais para a reconstituição da História da República do Brasil⁸”.

Analisamos a morfologia do jornal. “A morfologia de um jornal pode ser definida através da comparação entre os elementos utilizados na sua composição gráfica, ou seja, títulos, ilustrações e texto⁹”. Investigamos, a partir das notícias de jornais (O Estado de Minas) como o MST aparece nas páginas de “O Estado de Minas” (quando aparece em primeira página, como aparecem as figuras, como se apresentam os títulos etc). Investigamos, também, a construção que o MST faz de si mesmo e do governo e qual a relação entre eles. Isso foi observado comparando as notícias veiculadas pelo Jornal “O Estado de Minas” e o “Jornal Sem Terra”, publicação oficial do MST, onde pudemos observar a relação de apoio e crítica, de sustentação e reivindicação que os Sem-Terra estabelecem com o governo o qual apoiaram desde a eleição.

Essa relação se dá a partir da construção que o MST faz de si mesmo e da atribuição de identidade ao Movimento. Há uma luta por significação das ocupações entre OEM e a Revista do MST, dentro do campo político. É a partir dessas indagações que nasce esse trabalho monográfico. É na análise comparativa das diversas representações de identidade, presentes

⁸ MELO, José Marques de. *Estudos de Jornalismo Comparado*. Livraria Pioneira Editora. São Paulo: SP. 1972. p. 31

⁹ Idem, p. 100

nos discursos do MST e do governo Lula, contextualizada no embate político acerca da reforma agrária no Brasil, que entendo ter sido possível o desvendamento da relação entre o MST e o governo Lula.

CAPÍTULO I

A questão agrária.

Sumário: 1. Introdução; 2. Questão Agrária no Brasil: Debates; 3. Colônia, 4. Império, 5. República, 6. Questão Agrária e Ditadura no Brasil; 7. A Questão Agrária e Movimentos Sociais no contexto da “abertura”.

1. Introdução

A polissemia é uma característica fundamental do conceito “questão agrária”. De acordo com Stédile¹⁰, esse conceito pode significar, na literatura política, o estudo dos problemas trazidos ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade pela concentração da propriedade da terra e a influência que essa propriedade exerce no poder político. Na Sociologia, usa-se esse conceito para analisar o modo como se dão as relações sociais no meio rural. Na Geografia, diferentemente, o conceito é usado para explicar a maneira como a terra é apropriada pelas sociedades humanas e a relação delas com seus territórios. Na História, especialmente durante o debate travado entre as décadas de 1960 e 1980, o termo é usado para análise da luta de classes: luta política pela posse da terra no decorrer do tempo.

¹⁰ STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil – O debate tradicional 1500/1960*. 1ª ed, São Paulo: Editora Expressão Popular. p. 15.

Bernardo Mançano Fernandes, geógrafo da Universidade Estadual Paulista e um dos principais especialistas em questão agrária do país, conceitua a questão agrária como “o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção¹¹”. O autor inclui em seu conceito a idéia de que os conflitos no campo são decorrentes, em uma análise mais profunda, do sistema político capitalista, de forma que não há como superá-los neste sistema. É dessa forma que procuramos analisar a “Questão Agrária” no Brasil, a partir de uma trajetória da posse e da propriedade da terra.

Falar sobre a questão agrária significa, portanto, discutir as questões da formação da propriedade no Brasil desde os tempos coloniais, com as causas da concentração fundiária no campo brasileiro; significa debater as formas de resistência dos trabalhadores nos diversos movimentos de luta pela terra na história do país, decorrentes da exclusão e expulsão desses trabalhadores da terra; a violência no meio rural, bem como as políticas públicas (ou a falta delas) implantadas no campo e a necessidade da reforma agrária. Em se tratando da análise de longa duração, perde-se no rigor das

¹¹ FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez Editora, 2001, p. 23.

especificidades, mas se ganha pela visão ampla, ainda que superficial, da questão agrária no Brasil.

2. Questão Agrária no Brasil: Debates

O debate acerca da Questão Agrária no Brasil se dá, de forma mais sistemática, a partir da década de 1960. O que se tem publicado antes disso é, basicamente, o estudo feito por Roberto Simonsen, “A História econômica do Brasil – 1500-1820”, feito pelo viés da história econômica e publicado em 1937.

Durante a década de 1960, vários autores “clássicos” investigaram a questão brasileira no período colonial. O debate passa a se polarizar entre os pensadores do PCB, da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina – órgão vinculado às Nações Unidas), da Igreja Católica e do grupo da USP, representado por Delfim Neto.

Entre os intelectuais do PCB podemos citar Sodré, Guimarães e Vinhas. De acordo com Leonilde Medeiros, para o PCB a demanda por reforma agrária foi definida tendo como ponto de partida as diretrizes da Internacional Socialista. “No centro dessa concepção estava a idéia de que o campo brasileiro era marcado pela existência de restos feudais que

dificultavam o livre desenvolvimento das forças produtivas¹²”. Caio Prado Júnior, também membro desse partido, discorda do primeiro grupo, especialmente quanto às questões relativas a interpretação da revolução brasileira e da questão agrária no Brasil.

O segundo grupo de intelectuais importantes no debate sobre a questão agrária no Brasil é representado pela escola cepalina, cujas figuras mais proeminentes são Celso Furtado e Inácio Rangel. Para eles, a questão agrária se relacionava com o desafio de superação do subdesenvolvimento e da pobreza. Segundo Delgado, “as teses cepalinas atribuem ao setor agrícola uma tendência a gerar tensões estruturais sobre a inflação e crises frequentes de abastecimento de alimentos¹³”.

Em abril de 1980 a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) lança um documento intitulado: “A Igreja e os problemas da terra no Brasil”. Esse documento trata a concentração fundiária brasileira como causa das relações injustas no meio rural brasileiro, analisando as relações sociais e de produção no campo. Essa frente de discussão representou uma disputa de espaço com o PCB.

O último protagonista é o chamado “grupo da USP”. A análise desse grupo, que tem Delfim Neto como seu principal expoente, difere por sua

¹² MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra* – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 16.

¹³ DELGADO, Guilherme C. *A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003*. in *Questão social e política social no Brasil contemporâneo*. Luciana Jaccoub (orga.) p. 53.

característica conservadora. Para eles, não há que se falar, propriamente, em “questão agrária”, desde que a agricultura cumpra as algumas funções tais como: o aumento das exportações; criação de mercado consumidor dos produtos industriais; liberação de mão de obra a ser utilizada no setor industrial e financiamento de parte de capitalização da economia. Esse é o projeto vencedor com o golpe militar de 1964. A chamada “modernização conservadora¹⁴” representa o fim desse debate, “tentando encerrá-lo pelo ‘argumento’ da força¹⁵”.

Outros autores também exerceram um importante papel no debate da questão agrária no Brasil. André Gunder Frank, por exemplo, foi o primeiro a fazer críticas às concepções do PCB a partir de uma perspectiva marxista clássica, no que tange à existência de resquícios feudais no campo brasileiro. As críticas de Frank são, posteriormente, cristalizadas por Jacob Gorender em “O Escravidão Colonial”, sepultando qualquer interpretação feudal, a partir de concepções marxistas.

Otávio Ianni, por seu turno, procura demonstrar o predomínio do capitalismo nas novas relações sociais brasileiras. “Ao invés da concepção quantitativa e linear de crescimento (econômico), Iani sugere a concepção dialética (histórico) que levasse ao exame das contradições estruturais (e,

¹⁴ PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio. *Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas*. In Costa, L. F. e Santos, R. (orgs.) *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998. p.93

¹⁵ DELGADO, Guilherme C. *A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003*. in *Questão social e política social no Brasil contemporâneo*. Luciana Jaccoub (orga.) p. 55.

portanto, políticas e de classe) que erigiam obstáculos às transformações na sociedade brasileira¹⁶”.

Ruy Mauro Marini trava um debate com Prado Júnior o qual, para Marini, contribui decisivamente na discussão a respeito da natureza da revolução brasileira, mas que, na questão agrária, não provoca grandes contribuições. Marini critica ainda Caio Prado por este “esperar que as relações sociais capitalistas se estendessem por toda a agricultura e que a questão da terra fosse resolvida antes pelo capitalismo¹⁷”.

3. Brasil - Colônia

No início da colonização, Portugal estava materialmente impossibilitada de realizar diretamente a exploração das terras brasileiras, uma vez que estava voltada para as vantajosas conquistas na Índia e África. Portugal optou, então, pela forma mais viável a seu alcance de realizá-la: as capitânicas hereditárias¹⁸. O território brasileiro foi dividido em 15 faixas de terras, de 150 a 600 km de largura, que iam do litoral ao imaginário de

¹⁶ MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso. Ensaios da sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994. Cap. 2 (A aliança entre o capital e a propriedade da terra no Brasil: a aliança do atraso) p.56

¹⁷ STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil – O debate na esquerda: 1960-1980*. p. 13.

¹⁸ BORGES, Fragmon Calmon. *Origens históricas da propriedade da terra – 1958*. in Stédile, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil – O debate tradicional 1500/1960*. p. 259.

Tordesilhas. Elas foram concedidas a donatários, que deveriam explorá-las com recursos próprios, e governá-las em nome da Coroa, além de propagar a fé católica. Em troca tinham diversos direitos e privilégios. A opção feita por Portugal de colonizar o país por meio da instituição de capitânicas hereditárias “determinou o destino do modo de apropriação da terra no Brasil: grandes fazendas, com base no uso de mão-de-obra em abundância¹⁹”.

Os donatários deveriam também distribuir sesmarias aos colonos. As sesmarias fundavam-se no direito de terra, assegurado pela exploração efetiva dela²⁰, e tinham também caráter hereditário. O sesmeiro não detinha a propriedade da terra, mas somente o direito ao uso, uma concessão do Poder Público, subordinada às cláusulas resolutivas de direito à exploração de terras a particulares. Desta forma, no Brasil colônia (1500 - 1822) não se configurou o início da propriedade privada de terras no Brasil, no sentido de propriedade absoluta burguesa. A forma adotada pelos europeus foi a do monopólio da propriedade de todo o território pela monarquia. Mesmo assim a atual estrutura fundiária brasileira tem seu berço no instituto sesmarial. Esse período é marcado pelo fato das terras ainda não serem

¹⁹ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra* – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 10.

²⁰JONES, Alberto da Silva. *Reforma Agrária e direito de propriedade*. In: Introdução crítica ao direito agrário. MOLINA, Mônica; JÚNIOR, José Geraldo de Souza; NETO, Fernando da Costa Tourinho (Orgs). p. 128.

mercadorias. Havia a concessão de uso como direito hereditário, mas “não lhes dava direito de venderem as terras ou comprarem terras vizinhas²¹”.

A partir do século XVII, a obrigação do uso produtivo da terra em prazo determinado foi virando letra morta. O sesmeiro foi aos poucos se tornando fazendeiro, senhor de engenho, cada vez mais privilegiado. No final do século XVIII, graças à liberalidade com que as sesmarias eram concedidas, os latifúndios ocupavam todas as regiões economicamente importantes²².

A grande polêmica quanto à questão agrária no período colonial é a caracterização do regime econômico colonial. As teses divergiam em classificá-lo como feudalismo ou capitalismo. A tese hegemônica do PCB defende que se trata de feudalismo. Para Alberto Passos Guimarães, desse grupo, “a condição colonial do monopólio feudal da terra acentua, fortemente, os fatores regressivos, os elementos de atraso inerentes àquele²³”. De acordo com este autor, vínculos do tipo feudal são traços marcantes no “latifundismo brasileiro”. Ele cita como exemplos desse vínculo feudal, “relações de domínio entre as pessoas e as coisas, as interligações com as formas primitivas do capital comercial, aos quais se

²¹ STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil – O debate tradicional 1500/1960*. p. 22.

²² MORISSAWA, Mitsue. Op cit. pág. 70.

²³ Guimarães, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil – O debate tradicional 1500/1960*. p.53.

acrescentam as particularidades da dependência aos trustes internacionais compradores da produção latifundiária.²⁴” O autor caracteriza essas características como heranças diretas do regime colonial implantado no Brasil depois da descoberta, ao qual ele chama de “feudalismo colonial”.

Caio Prado diverge de Guimarães em suas teses sobre a “questão agrária”, prevendo, ademais, um outro enfoque da reforma agrária:

“Mas aquele desenvolvimento e, pois, fortalecimento do capitalismo será acompanhado pelo avantajamento da posição dos trabalhadores rurais em sua luta por melhores condições de vida, o que decorre, segundo vimos, dos mesmos fatores estimulantes do progresso capitalista. Esse progresso marchará, assim de par com a valorização da força de trabalho que constitui sua negação. É esse processo dialético que a reforma agrária desencadeará, e que na fase subsequente levará a economia agrária para sua transformação socialista²⁵”.

Enquanto Guimarães associa o latifúndio brasileiro com um tipo de feudalismo agrário, que deveria ser transformado pela reforma agrária, já que o capitalismo não realizaria, Prado Júnior, defende a legislação social-trabalhista, a partir do assalariamento crescente da força de trabalho rural. Dessa forma, para Prado Júnior, a reforma agrária teria um papel secundário.

²⁴ idem, *ibidem*.

²⁵ JUNIOR, Caio Prado. *A Questão Agrária e a Revolução Brasileira*. In STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil – O debate tradicional 1500/1960*. p.87.

4. Brasil - Império

A Constituição do Império mudou a configuração do direito de propriedade no Brasil. A Carta Magna passou a consagrar o princípio da propriedade absoluta, que só poderia ser utilizado pelo Estado, mediante justificativa e indenização. Entretanto, não se definiu o regime jurídico das novas propriedades, nem em âmbito infraconstitucional. Desta forma, ficou de certa forma livre o acesso à terra, caracterizado com a posse, e não com a propriedade. Essas posses não eram previstas legalmente, de forma que se impossibilitava a caracterização da propriedade legítima. Um traço marcante do período é a presunção de que as antigas sesmarias registradas configuravam-se como propriedades privadas legítimas. Essa situação perdurou até o ano de 1850. Nesse ano foi promulgada a Lei 601, conhecida como Lei de Terras. Foi concebida no bojo da crise da escravidão, e preparou o terreno do sistema escravista para o trabalho assalariado. Esta lei foi a primeira tentativa do poder público nacional de oferecer legitimidade à propriedade privada das terras. Cria-se o divisor de águas entre a propriedade privada e a pública das terras brasileiras²⁶.

“A Lei de Terras de 1850 regulamentou a situação de posse e propriedade das terras após o vazio legal que se seguiu à extinção do regime

²⁶ JONES, Alberto da Silva. Op cit. p. 129.

de sesmarias, depois da independência do Brasil em 1822²⁷”. A lei define novos critérios para acesso e aquisição de propriedade sobre as terras públicas do Império. Foram reconhecidas como propriedades particulares as antigas sesmarias confirmadas e não encontradas em comisso, as sesmarias e concessões revalidadas e posses mansas e pacíficas legitimadas nos termos da lei.

A Lei de Terras representou a transformação de terras em mercadoria. Reconheceu a propriedade privada de terras no Brasil, de forma que as terras ou eram públicas ou privadas, advindo daí a regra de que toda terra sem título legítimo de propriedade particular no Brasil é pública.

A abolição da escravatura criou uma massa de desempregados, que não tinham capital para adquirir pequenas propriedades e viver como pequenos agricultores, e migraram para as regiões portuárias, em busca de trabalhos braçais.

Nélson Werneck Sodré, analisa a abolição da escravidão a partir de contradições que se dão no interior do próprio “feudalismo agrário” brasileiro. Para o autor, a mão-de-obra escrava no Brasil torna-se um anacronismo e é corroído tanto pelo avanço (trabalho livre) e pelo atraso (crença na “arianização” da força de trabalho). Discorrendo a respeito da escravidão, observa que “trata-se de um quadro feudal inequívoco. Quando

²⁷ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra* – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 10.

o fenômeno se generaliza, os seus reflexos no mercado de mão-de-obra tornam-se evidentes: o modo escravista de produção está irremediavelmente condenado²⁸”.

Para substituir a mão-de-obra escrava então proibida, as elites optaram por realizar uma grande propaganda na Europa sobre as oportunidades no Brasil. O público alvo era camponeses excluídos pelo avanço do capitalismo industrial no final do século XIX no continente. O país recebeu na época cerca de 1,6 milhões de imigrantes, segundo estudos de Darcy Ribeiro²⁹. Esses imigrantes trabalhavam nos latifúndios, nas condições de parceria ou colonato, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste.

A Lei de Terras, ao instituir a aquisição de terras somente por atos de compra e venda, excluiu os negros ex-escravos do processo de aquisição de terras, bem como os imigrantes recém-chegados, uma vez que nem um nem outro tinham capital para adquiri-las. Segundo Martins, a Lei de terras representou mais um bloqueio ao acesso dos trabalhadores à terra do que a liberalização dela. Com essa lei, os trabalhadores tornar-se-iam, forçosamente, força de trabalho das grandes fazendas. Desta forma garantiu-se o monopólio da terra para a classe dominante, como também mão-de-

²⁸ SODRÉ, Nélson Werneck. *A Formação Histórica do Brasil*. In STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil – O debate tradicional 1500/1960*. p. 118.

²⁹ *apud* STÉDILE, João Pedro (org.). *op cit* Pág. 295.

obra para os latifúndios, único trabalho disponível para essa massa de desempregados. De acordo com Martins,

“a Lei de Terras e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações do regime escravista, criavam-se as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho. Importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura³⁰”.

5. República

Analisando a Proclamação da República, Martins observa seu caráter contraditório. Para este autor, a proclamação foi um projeto dos radicais da época, mas consumada contra eles pelos militares, “herdeiros da tendência centralizadora, profundamente presente nas contradições do Estado brasileiro, e oriundas do absolutismo monárquico, em cuja crise esse Estado foi gerado³¹”. Ele acredita que os militares se anteciparam à proclamação da República como um golpe a um movimento republicano gestado pelas oligarquias nas províncias.

³⁰ MARTINS, José de Sousa. *O Cativo da Terra*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas. p. 59.

³¹ MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso. Ensaios da sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994. p.69

Pode-se destacar, nesse período, a promulgação do Código Civil Brasileiro, em 1916. Profundamente influenciado pelos códigos liberais da época, em especial o Código de Napoleão, o diploma civil brasileiro trouxe uma extrema proteção ao direito individual de propriedade, com base na clássica proteção absoluta da propriedade constante no diploma francês. No entanto, trouxe para o ordenamento jurídico pátrio a figura do usucapião.

Oligarquias regionais marginalizadas pelo regime oligárquico puderam se colocar no poder através de uma aliança com os militares em 1930. Essa aliança tinha como características “inspiração centralizadora, desenvolvimentista e, em princípio anti-oligárquica³²”. Quanto à relação entre Vargas e os latifundiários, segundo Martins,

“É significativo que o mesmo Getúlio Vargas que propôs e viabilizou a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1942, para regular as questões trabalhistas nas fábricas e nas cidades, não tenha estendido aos trabalhadores rurais direitos legais que dariam forma contratual a relações de trabalho ainda fortemente baseadas em critérios de dependência pessoal e de verdadeira servidão. Com isso, Vargas não quis, ou não pôde, enfrentar os grandes proprietários de terra e seus aliados [...] De certo modo, foi a consagração da opção pela ordem, como condição para o progresso, na significativa inspiração positivista que instaurou o regime republicano no Brasil³³”.

Com a Revolução de 1930, na tentativa de destruir as bases de poder local, houve a prisão de diversos coronéis. Com o fim do governo Vargas, acontece a volta da democracia, da liberdade política. Também retorna à

³² idem, p. 70

³³ idem, p. 72.

cena as antigas oligarquias rurais, mantidas subestimadas durante a ditadura. O próprio Vargas é quem funda os dois partidos políticos que o sucedem (PSD e PTB) construindo a configuração política que lhe sobrevém.

O período compreendido entre 1946 e 1964 é marcado pelo desenvolvimentismo. Pode-se citar algumas características desse período: construção de Brasília; ampliação do setor industrial nos ramos siderúrgico e automobilísticos, especialmente; construção de rodovias; reformulação da agricultura. Também se pode observar uma nova relação entre as classes sociais, sua dinâmica e conflitos. A reforma agrária se coloca como questão central dos debates e ações da Igreja Católica e do Partido Comunista. Além disso, observa-se “enfraquecimento político das oligarquias, seja com o desencadeamento dos movimentos sociais no campo, em especial no Nordeste, seja com o envolvimento da igreja em programas de alfabetização e de conscientização das populações rurais³⁴”. As ações das ligas camponesas, lideradas pelo advogado e deputado Francisco Julião uma nova composição política das classes sociais na conjuntura brasileira. Coloca-se em cheque a questão da propriedade fundiária e do monopólio da propriedade da terra. Impõe-se o golpe, em 1964, com o papel de conter esses impasses institucionais e históricos.

³⁴ Idem, p. 73.

6. Questão Agrária e Ditadura no Brasil.

Um dos grandes motivos do golpe de 1964 foi, inclusive, barrar qualquer possibilidade de reforma agrária, uma vez que, mediante pressão das ligas camponesas e de outros movimentos, a pauta foi incluída na reformas de base de João Goulart. Segundo Martins, “foram eles [proprietários de terra], apoiados em grupos conservadores do clero e na classe média, que conseguiram levar às ruas a idéia da resistência às reformas sociais, invocando para isso a sacralidade dos valores da tradição³⁵”.

Com a derrota do movimento pela reforma agrária, surge o que Delgado chama de “modernização conservadora³⁶”, marcada pelo aprofundamento das relações técnicas entre a indústria e a agricultura e delas com o setor externo. Palmeira e Leite apontam para o caráter perverso desse modelo, marcado pela “associação entre a expropriação do campesinato e a modernização na agricultura”. Além disso, defendem que: “a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda

³⁵ Idem, p. 78

³⁶ DELGADO, Guilherme C. *A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003*. in *Questão social e política social no Brasil contemporâneo*. Luciana Jaccoub (orga.) p. 58.

aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, [...] piorou a qualidade de vida da população trabalhadora no campo, agravaram as condições ambientais³⁷”.

Foi editada em 1964 a Lei 4.504, chamada de Estatuto da Terra. Promulgada pelo Presidente-Marechal Castelo Branco, configurou-se, pelo menos na teoria, como a primeira lei de reforma agrária na história do Brasil. Isto se deu pelo diagnóstico feito pelo governo na época da necessidade da distribuição de terras como forma de evitar novas rebeliões sociais, como a Revolução Cubana, em 1959³⁸.

Apesar de ser uma lei do governo militar, o Estatuto da Terra, elaborado por um corpo técnico especializado, tinha um caráter progressista. Segundo a Mensagem 33 do Presidente, que acompanhava a lei quando foi enviada ao Congresso, o estatuto visava o desenvolvimento rural. Tratava do conceito de reforma agrária, instituiu a figura da desapropriação, criou o imposto territorial – até então os proprietários de terras nunca haviam pago qualquer tributo sobre suas propriedades – e definiu a função social da terra, pela qual o proprietário teria o dever de utilizar a terra com respeito ao meio ambiente, de forma racional e adequada, cumprindo a legislação trabalhista e produzindo bens para coletividade (mais adiante faremos uma análise mais detalhada do princípio). Leonilde Medeiros aponta para a característica

³⁷ Palmeira, Moacir e Leite, Sérgio. *Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas*. In COSTA, L. F. e SANTOS, R. (orgs.) *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998. p.93.

³⁸ MORISSAWA, Mitsue. Op cit. p. 99.

dúbia do Estatuto da Terra, visto ser ele quem inaugura uma disputa que se estende até os nossos dias quanto às propriedades que podem ser desapropriadas e em quais circunstâncias. Além disso, para a autora:

“com o Estatuto da Terra, o Estado absorvia grande parte das reivindicações que afloraram na década anterior e disciplinava-as, de forma a trazer as demandas por terra para os parâmetros de uma agricultura modernizada, produtiva e capaz de atender às exigências do que então era o padrão idealizado e desejado de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a legislação transformava a noção de direito à terra em um conjunto de normas que previa em que circunstâncias esse direito poderia se fazer valer [...]”³⁹

Apesar dos teóricos avanços que conferiram à lei um caráter progressista, ela nunca foi implantada. Na realidade constatou-se que a legislação não tinha qualquer intenção distributiva. Muito pelo contrário, no período militar foram privatizados cerca de 115 milhões de hectares (aproximadamente 47% das terras do país), através dos processos de discriminação, arrecadação e alienação ou reconhecimento de domínio sobre terras públicas⁴⁰. Revelou-se, dessa forma, como um mero instrumento para desarticular as lutas sociais no campo brasileiro.

O governo militar na realidade reduziu o projeto de reforma agrária a um processo simplista e questionável de colonização de áreas distantes que até então não despertavam os interesses dos latifundiários. Para se ter uma caracterização do problema, de 1965 a 1981, foram realizadas em média 08

³⁹ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra* – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 24.

⁴⁰ JONES, Alberto da Silva. Op cit. p. 130.

desapropriações de terras por ano, num contexto de mais de 70 conflitos por terra anuais, desapropriações essas, vale salientar, feitas somente nas áreas em conflito. Desta forma, o governo criou diversos projetos de colonização, principalmente nas regiões da Amazônia e Centro-Oeste, com o projeto da nova fronteira agrícola. Entretanto, por falta de apoio técnico-estrutural do governo, esses projetos fracassaram e contribuíram ainda mais para a concentração fundiária nessas regiões.

Vale salientar que esses projetos não levaram em consideração os direitos de milhares de posseiros e indígenas nas regiões colonizadas, promovendo a expulsão e esbulho do direito dessas pessoas.

Em meados dos anos 1970, o governo desconsiderou o Estatuto da Terra, mudando sua estratégia em relação às demandas sociais agrárias. Passa, de um lado, a utilizar a repressão direta como resposta às demandas por terra e, de outro, a incentivar os projetos privados de colonização e a aquisição de terras por setores industriais urbanos. Isso aprofundou a concentração fundiária e aumentou o padrão de violência no meio rural.⁴¹

Outro ponto grave da lei diz referência a institutos bastante questionáveis juridicamente no que diz respeito às chamadas modalidades de Titulação de Terras da União, como a Alienação sem concorrência e a Alienação em concorrência pública com direito de preferência, bem como a

⁴¹ Relatório CPMI da Terra, p. 44.

concessão com dispensa de licitação, modalidade institucional da grilagem especializada.

No período militar verificou-se a continuidade da concentração de terras e o crescimento dos latifúndios por todo o país. A pauta da reforma agrária não saiu do papel.

7. A Reforma Agrária e os Movimentos Sociais no contexto da abertura.

Na derrocada do regime militar, os sem-terra recolocaram a reforma agrária na pauta política⁴². O Governo Sarney nomeou para a presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o engenheiro agrônomo José Gomes da Silva, autoridade técnica na área da reforma agrária.

Nesse governo foi elaborado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que, segundo seus idealizadores, vinha dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e fazer enfim a reforma agrária. Esse plano representa o resultado da pressão de vários movimentos sociais que nasciam naquele momento, como o MST, e outros, como a CONTAG e a CNBB⁴³. O que se viu, no entanto, foi uma total transformação do plano. A versão aprovada se

⁴² FERNANDES, Bernardo Mançano. Op cit, p. 20.

⁴³ DELGADO, Guilerme C. *A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003*. in *Questão social e política social no Brasil contemporâneo*. Luciana Jaccoub (orga.) p. 61.

diferenciava em muito da versão inicial, levando inclusive o presidente do INCRA e sua equipe a se retirarem do governo.

De acordo com Medeiros, com o fim da ditadura, a reforma agrária aparecia como uma prioridade, a partir do PNRA, que previa o assentamento de trabalhadores em imóveis passíveis de desapropriação. Além disso, o Plano Nacional de Reforma Agrária recuperava a tese presente no Estatuto da Terra, propondo transformações fundiárias em extensas áreas. “Se, num primeiro momento, o Estado brasileiro absorveu o tema, logo a seguir se viu recortado pelas contradições inerentes a uma ampla aliança política, que envolvia forças com interesses bastante diferenciados⁴⁴”. Dessa maneira, o plano tornou-se inviabilizado.

Esse recuo do plano se deu em grande medida pela atuação da União Democrática Ruralista (UDR), associação de fazendeiros criada na época para barrar o crescimento dos movimentos sociais de luta pela terra e defender o latifúndio. A UDR exerceu, e ainda exerce hoje, grande influência no Congresso Nacional, o que abriu espaço para uma total transfiguração do PNRA e ao conseqüente estancamento do processo de reforma agrária.

Por outro lado, esse plano também sofreu resistências do MST e da CUT, que o consideravam tímidos e baseados em instrumentos criados na

⁴⁴ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra* – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 35.

ditadura militar. O plano passou, assim, a polarizar importantes entidades de representação dos trabalhadores rurais. “[...] Enquanto a Contag apoiou a proposta, deu um voto de confiança no governo e descartou as ocupações de terra, o MST, no mesmo dia de seu anúncio, fez uma série de ocupações [...] visando sinalizar sua desconfiança em relação às promessas do governo⁴⁵”.

Para Sônia Regina de Mendonça, o PNRA desempenhava a função de conter a violência no campo, que afetava diretamente milhares de trabalhadores, vistos como “invasores” da propriedade privada, “na mesma proporção em que crescia a capacidade de organização e mobilização dos homens do campo⁴⁶”. O plano agia penalizando a propriedade privada especulativa e desapropriando a propriedade improdutiva, nos moldes do Estatuto da Terra.

Outro traço marcante durante o governo Sarney, no tocante à questão agrária, diz respeito à Constituinte. No grupo de trabalho designado para redigir a parte referente à política agrícola e fundiária e à reforma agrária, tinha-se uma composição extremamente favorável para a bancada ruralista. A UDR conseguiu então incluir na Constituição a expressão “latifúndio improdutivo” para tratar das terras passíveis de desapropriação para reforma agrária. Dessa forma, para se auferir a produtividade de uma propriedade,

⁴⁵ Idem, p. 36.

⁴⁶ MENDONÇA, Sônia Regina de. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990*. in *A Questão Agrária no Brasil vol. 5*. editora Expressão Popular. P. 20

institui-se um processo longo e burocrático, configurando-se como um grande retrocesso social da então nova carta magna.

A UDR não teria problemas em atuar de forma muito eficiente na Assembléia Nacional Constituinte. O sucesso da UDR na Constituinte se relaciona com o fato do PMDB ser o partido majoritário da ANC (303 das 559 cadeiras). De acordo com Mendonça, “tal característica de partido majoritário na ANC não pode ser dissociada dos êxitos que a UDR iria obter durante todo o processo, relativamente à discussão da reforma agrária, os quais não devem ser creditados com exclusividade ao desempenho uderrista⁴⁷”.

Na Constituição Federal de 1988 a pauta da reforma agrária foi incluída em um capítulo específico denominado “Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária”, que atribuiu competência à União Federal *para desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social* (art.184).

Na visão de José de Souza Martins, a Constituição de 1988 representa um retrocesso na luta pela reforma agrária. Para ele, os pequenos avanços na legislação durante a ditadura militar foram eliminados durante a Assembléia Nacional Constituinte. Além disso, “a utilização de conceitos de ‘propriedade produtiva’ e de ‘propriedade improdutiva’ introduziu uma

⁴⁷ idem, p. 165.

ampla ambigüidade na definição das propriedades sujeitas à desapropriação para a reforma agrária⁴⁸”. A análise de Medeiros caminha no mesmo sentido, quando a autora afirma que: “abriu-se uma brecha para que, havendo uma parte produtiva, todo imóvel fosse preservado da desapropriação⁴⁹”.

No Governo Collor não se viu nenhum projeto de reforma agrária e desenvolvimento do campo brasileiro. No pouco tempo de governo, Collor deixou como marca uma profunda repressão contra os movimentos sociais de luta pela terra, passando a acionar Polícia Federal para atuar nos conflitos no campo.

No governo Itamar Franco foi aprovada a chamada Lei Agrária (Lei nº 8.629 / 1993), que reclassificou as propriedades rurais no Brasil em minifúndio (dimensão menor que o módulo rural fixado para o município); pequena propriedade (dimensão entre 1 e 4 módulos rurais); médias propriedades (dimensão entre 5 e 15 módulos rurais) e grande propriedades (com dimensão superior a 15 módulos rurais).

Essa lei veio regulamentar a questão agrária posta na Constituição Federal. Nesse critério, passaram a ser passíveis de desapropriação as grandes propriedades que apresentassem níveis de produtividade inferiores à

⁴⁸ MARTINS, José de Souza. O poder do atraso. Ensaios da sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994. Cap. 2 (A aliança entre o capital e a propriedade da terra no Brasil: a aliança do atraso) p. 90.

⁴⁹ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 37

média regional, ou seja, somente os latifúndios improdutivos, de acordo com a Constituição Federal. Medeiros destaca que, apesar da contradição da Lei, tornando as desapropriações passíveis de discussões judiciais, ela coloca o tema da reforma agrária em pauta novamente. “Desencadeou-se um novo ciclo de debates por terra e de ocupações⁵⁰”.

Em 1995 teve início o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), profundamente marcado pela implantação do modelo neoliberal no campo brasileiro. Adotando o modelo econômico ditado pelo capital financeiro internacional, o governo FHC incentivou o desenvolvimento do chamado agronegócio, adotando o modelo norte-americano de grandes propriedades produzindo grãos para exportação mediante utilização de alta tecnologia.

Esse governo tinha uma tese de que não havia mais problema agrário na sociedade, e a grande propriedade não era empecilho para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Desta forma, tentaram criar a idéia de um “novo mundo rural”, e forjaram uma “nova reforma agrária”. Seguindo os ditames do capital financeiro internacional tentaram implantar a chamada reforma agrária de mercado, segundo a qual o Banco Mundial emprestava dinheiro para o Estado brasileiro adquirir terras para destinação à “reforma agrária”. “Paralelamente à recessão e o absentismo do Estado

⁵⁰ idem, p. 44.

na política agrícola dificultam a construção de uma política alternativa de desenvolvimento rural, no qual o papel do Estado teria de ser protagônico⁵¹”. Segundo o professor Mitsuo Morissawa:

“O fundamento dessa proposta era retirar do Estado sua função de agente mediador no processo de mudança da estrutura fundiária e transferir essa responsabilidade para sociedade civil. Assim, trabalhadores rurais sem terra e/ou pequenos proprietários interessados em obter seu pedaço de chão ou aumentar sua área passariam a se organizar em associações voltadas à compra de terra. Estas obteriam empréstimo de uma agência financeira determinada pelo governo federal e comprariam a terra diretamente de seu proprietário vendedor⁵²”.

Em fevereiro de 1998 instituiu-se o Banco da Terra: um programa criado nos moldes sugeridos pelo Banco Mundial⁵³, que representa a tentativa de implementação da Reforma Agrária conduzida pelo mercado, na tentativa de diminuir a pobreza rural. “A proposta de criação do Banco da Terra correspondia às demandas tradicionais do setor, que sempre se posicionou de forma incisiva contra os programas de reforma agrária com base na desapropriação [...]”⁵⁴. Desta forma, as famílias assentadas passavam a dever diretamente ao banco, tratando-se essa política, portanto,

⁵¹ DELGADO, Guilherme C. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. in Questão social e política social no Brasil contemporâneo. Luciana Jaccoub (orga.) p. 65.

⁵² MORISSAWA, Mitsue. Op cit. p. 113.

⁵³ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Reforma Agrária no Brasil: historia e atualidade da luta pela terra – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 58.

⁵⁴ Idem, p. 63.

de uma verdadeira imobiliária rural, que beneficiava somente os fazendeiros.⁵⁵

Ao invés de uma política efetiva de reforma agrária, o governo submeteu os trabalhadores rurais sem terra aos interesses de negócios dos latifundiários, como a venda de terras ociosas e improdutivas a preços de mercado, passando por cima do princípio da função social da terra, embutido na própria Constituição Federal.

O período foi marcado por uma intensa política de propaganda governamental em relação a uma suposta reforma agrária que nunca aconteceu. Assentamentos conquistados pela luta dos movimentos sociais, com as ocupações de terras, eram propagandeados como políticas públicas de distribuição de terras. Na verdade, entretanto, a “reforma agrária” do governo FHC baseou-se no reconhecimento de propriedade a posseiros e projetos de colonização na região norte, semelhantes aos ocorridos no regime militar.

Por fim, uma medida marcante do governo para desarticular a atuação política dos movimentos sociais de luta pela terra se deu com a edição da Medida Provisória N° 2027/2000. A medida proibia a vistoria do INCRA por um período de dois anos nas propriedades ocupadas. Dessa forma, o processo de desapropriação restaria paralisado nas áreas ocupadas.

⁵⁵ STÉDILE, João Pedro / FERNANDES, Bernardo Mançano . *Brava Gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. p. 140.

Os movimentos então passaram a ocupar a beira das estradas, indicando as terras improdutivas das proximidades.

Outra característica importante desse período foi a violência no campo. Como exemplos disso, pode-se citar dois massacres que alcançaram repercussão internacional: o massacre de Curumbiara (Rondônia, em agosto de 1995) e o massacre de Eldorado de Carajás (Pará, 1996). A onda de ocupações desse período fez com que o tema da reforma agrária retomasse a agenda política do país. A Marcha Nacional por Reforma Agrária reuniu cem mil manifestantes em Brasília, os quais partiram de diversas partes do Brasil. Chegou na Capital do país quando o massacre de Eldorado de Carajás completou 1 ano, reivindicando reforma agrária, emprego e justiça. O massacre, associado à onda de manifestações e de reivindicações “trouxe à tona o tema da questão agrária, levando o governo a criar já em 1996 o Ministério Extraordinário de Política Fundiária [...] O governo buscava, com essas ações, retomar a iniciativa política, absorvendo as demandas que emergiam com grande intensidade⁵⁶”.

Outra característica desse período é a afirmação dos movimentos sociais enquanto atores políticos. Os movimentos sociais ganham legitimidade de se organizar com a abertura política. Surgem nas décadas de 1970 e de 1980 e se afirmam na década de 1990. “No final da década de

⁵⁶ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra* – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 49.

1970, surgiram novos personagens na luta fundiária, fruto da conjugação dos resultados do processo de modernização, da ruptura de relações sociais e de novos valores que passam a ser disseminados, em especial pela Igreja⁵⁷”.

Entre novos e já existentes personagens que se colocaram no quadro político com a abertura, pode-se destacar, entre outros: a) movimento dos atingidos por barragens, grupo formado de pequenos agricultores, arrendatários, posseiros, obrigados a deixar a terra em virtude da construção de usinas hidroelétricas, exigindo “terra por terra” e embargando obras de barragens e condições equivalentes a que viviam; b) seringueiros, que impediam o desmatamento das florestas e seringais nativos quando da expansão das fronteiras agropecuárias; c) sem-terras, disputados por diversos movimentos, como as organizações sindicais (Contag) e o nascente MST, expandiam sua atuação política através de ocupações de terras, colocando a reforma agrária de volta à agenda política nacional. Vários movimentos, como o MAB (movimento atingidos por barragens), CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros), MMC (movimento de mulheres camponesas) e o próprio MST nascem nesse momento com uma postura crítica às práticas sindicais vigentes. A Teologia da Libertação, no seio da Igreja Católica, e a ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária)

⁵⁷ idem, p. 29.

também colaboram para colocar o tema da reforma agrária na pauta de discussão.

“Numa conjuntura em que as lutas populares se constituíam numa dimensão essencial do processo de abertura política que acabaria por conduzir ao fim do regime militar, e em que os trabalhadores do campo reocupavam a cena pública, a questão agrária se redefiniu, mostrou novas faces e trouxe novos temas para o debate sobre a reforma agrária⁵⁸”

Como resultado, inclusive, da organização desses grupos, que surgiam com o fim da ditadura militar e se firmaram na década de 1990, em 2002 foi eleito para a presidência Luís Inácio Lula da Silva. Sua vitória parecia significar uma grande conquista das forças populares, haja vista a história do Partido dos Trabalhadores (PT) e a origem popular e sindical do presidente. Esperava-se um governo progressista, que enfim impulsionasse a reforma agrária no Brasil, ou ao menos criasse as condições para tal.

Foi instituído pelo governo um grupo de trabalho, coordenado por Plínio de Arruda Sampaio, presidente da Associação Brasileira para a Reforma Agrária (ABRA) e coordenador do processo de reforma agrária no Chile, no governo de Salvador Allende, e com a participação de um especializado corpo técnico, com a função de elaborar um plano de reforma agrária para a gestão. Após 10 meses de trabalho foi apresentado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com uma meta de assentar 1 milhão

⁵⁸ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra* – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 32.

de famílias ao longo dos 4 anos de governo. O plano indicou a existência de 120 milhões de hectares de terras improdutivas passíveis de desapropriação, e uma estimativa de gastos de R\$ 24 bilhões.

O Plano esbarrou, no entanto, nos limites da política econômica do governo, com um caráter neoliberal, herdada do governo anterior. Os compromissos com Fundo Monetário Internacional (FMI) não permitiam certas medidas previstas no PNRA, como a desindexação dos Títulos da Dívida Agrária (TDAs)⁵⁹ da dívida pública, não sendo incorporados, desta forma, ao superávit primário. Alegando não haver uma “correlação de forças” favorável para uma medida tão ousada, bem como não haver recursos suficientes para o programa, o PNRA não foi posto em prática pelo governo, sendo substituído pelo II PNRA, elaborado pelo próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, que diminuiu a meta de famílias assentadas para 335 mil nos quatro anos do governo, e priorizou a estruturação dos assentamentos já existentes e a regularização de terras já ocupadas por posseiros⁶⁰.

Mesmo com alguns avanços em relação ao governo anterior, o governo Lula continuou sem implantar um efetivo programa de reforma agrária e, com a opção feita pelo governo na priorização do fortalecimento

⁵⁹ Os Títulos da Dívida Agrária são usados para remunerar os proprietários das terras desapropriadas para a reforma agrária.

⁶⁰ Revista Carta Capital, nº 268. Nov 2003. p. 26.

do agronegócio, teve continuidade o processo de exclusão social no campo brasileiro. Volta à cena a aliança capital e terra, baseado no agronegócio. A aliança estruturalmente básica entre capital e terra depois de 1964, Segundo Martins, “debilitou a eficácia dos movimentos sociais que poderiam reivindicar reconhecimento e ampliação dos direitos sociais em favor das populações pobres, especialmente do campo⁶¹”.

Tem-se, portanto, um quadro político em que um presidente historicamente identificado com a defesa da reforma agrária é eleito por movimentos sociais de luta pela terra. Ao mesmo tempo, seu governo é composto por personagens identificados com a defesa da propriedade do latifúndio. Um exemplo disso é o ex-ministro da agricultura Luis Furlan, apoiado em 1986 pela UDR.

Neste ponto focamos a análise da relação entre apoio e reivindicação que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra exercem sobre o governo Lula em seu primeiro mandato. Para isso, é necessário investigar a construção da identidade do Movimento sobre si mesmo e a identidade que se constrói quanto à relação entre o MST e o governo do Partido dos Trabalhadores.

⁶¹ MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso. Ensaios da sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994. Cap. 2 (A aliança entre o capital e a propriedade da terra no Brasil: a aliança do atraso) p. 92.

CAPÍTULO II

MST e Suas Identidades.

Sumário: 1. Introdução. 2. O MST e a Construção da Identidade; 3. O MST visto do Jornal; 4. Identidade Construída versus Identidade atribuída.

1. Introdução

Nesse capítulo pretendemos investigar a identidade do MST construída pelo próprio movimento e aquela atribuída a ele. Para isso, analisaremos o jornal “O Estado de Minas” em 2003, primeiro ano de mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, e em 2006, ano em que Lula é reeleito. Analisaremos também as publicações oficiais do MST, especialmente a Revista Sem-Terra, publicação bimestral do movimento. Pretendemos também contrapor essas duas construções identitárias do MST: identidade construída *versus* identidade atribuída.

Essa abordagem considera também que os acontecimentos noticiados pela mídia nos últimos anos, envolvendo o MST, devem ser analisados como uma luta. Um intenso embate por hegemonia construído a partir de uma sucessão de batalhas, uma seqüência de momentos do contínuo processo de reprodução, de reconstrução da hegemonia na

sociedade brasileira. E esse embate é feito a partir da identidade que o MST constrói de si mesmo e da identidade atribuída a esse movimento. A partir dessas identidades é que o embate se trava e, a partir da noção que o MST constrói de si mesmo é que se desenrolam momentos de pressão e de apoio sobre o governo Lula. É por isso que julgamos necessário analisar as identidades que se constroem em torno do MST: é a partir delas, e da proximidade política entre o PT e o MST, que se determina a relação entre o Movimento e o governo Lula.

2. O MST e a Construção de Identidade

Depois da eleição de Lula, a primeira edição da Revista Sem Terra traz a seguinte matéria de capa: *“Heranças e armadilhas do neoliberalismo – As dificuldades do governo Lula para sair do modelo econômico”*. A construção simbólica pode ser facilmente observada através da foto de uma criança na capa, durante a posse de Lula em Brasília, com uma boina do PT, a revista não esconde a proximidade política de Lula e o apoio que exerceu para sua eleição. De acordo com esse número da revista⁶²,

“As dificuldades do governo Lula são evidentes. O próprio presidente, seus assessores e o PT reconhecem que o governo não está conseguindo implementar ações em vários setores administrativos, e especial no campo social, que exige urgência. O governo patina no modelo econômico e tem repetido as

⁶² Revista Sem Terra, Ano V – nº 18. Jan/Mar 2003.

mesmas receitas do governo anterior, inclusive as mais amargas – como o aumento de juros – e condenadas pelo PT nos tempos em que era oposição (...) Hoje se tem claro que a herança do governo Fernando Henrique Cardoso não ficou apenas na redução e no desmantelamento do Estado, no abandono das políticas públicas, na extensão das desigualdades e exclusões sociais, mas, também, no que deixou ‘montado’ para o governo seguinte, como resultado de oito anos de domínio da ideologia neoliberal”.

Nesse trecho fica evidente a relação de estreitamento entre o MST e o governo Lula. A falta de sinalização do governo para políticas públicas no campo social é interpretada pelo movimento como uma dificuldade herdada do governo anterior. A continuidade do modelo econômico também é analisada dessa maneira. O texto demonstra também a tomada de algumas medidas, por parte do governo, que haviam sido criticadas pelo PT enquanto oposição. Além dessa proximidade entre o Movimento e o governo Lula, pode-se compreender que o MST entende a si mesmo como um agente contrário às políticas neoliberais implementadas pelo governo FHC. Devido à proximidade entre o governo e o Movimento, as mesmas políticas neoliberais de FHC que o governo Lula aplica não são condenadas pela Revista da mesma forma, mas são interpretadas enquanto modelos herdados do governo anterior, dos quais Lula não consegue fugir.

O segundo número da Revista durante o governo Lula, de Abril/Junho de 2003, aborda o governo de uma outra maneira. Ainda se observa que o MST guarda uma relação identitária com o governo, mas a

pressão aumenta. A capa, com o título “*Um Governo em disputa*”, questiona, entre outras medidas do governo, a Reforma da Previdência e o superávit primário. O Editorial deixa claro essa relação. Com o título “esperança e resistência”, assim diz o editorial desse número⁶³:

“O povo espera, pacientemente, que o governo Lula comece a mudar o modelo econômico e altere o mais rápido possível a situação de penúria em que vive o país. Existe muita esperança, sim (...) Mas até agora nada mexeu no quadro do desemprego, o maior drama dos brasileiros. Também não há notícia de que os primeiros passos para reverter o processo de concentração de renda tenham sido dados. Existe muita esperança, sim, de que a reforma agrária seja tocada para valer, juntamente com uma política agrícola que atenda os pequenos agricultores e a produção familiar, que assegure uma vida digna para todos que queiram viver no campo”.

Geradas em um contexto de relação social e política, as críticas se tornam um pouco mais incisivas. O texto diz, objetivamente, que a taxa de desemprego não se alterou e que também não se alterou a concentração de renda. E desta vez a culpa não é identificada no governo anterior como uma herança. A reivindicação, ainda que tímida, pode ser percebida nas entrelinhas desse editorial. Mas de qualquer forma, ainda se pode observar uma identidade entre o governo e o movimento através da esperança que o texto descreve dos trabalhadores na mudança do modelo vigente. Portanto, apesar de tecer tímidas críticas ao governo Lula, o Movimento, através de sua mídia oficial, ainda deposita esperança no governo.

⁶³ Revista Sem Terra, Ano V – nº 19. Abr/Jun 2003.

Portanto, há aí todo um movimento de lutas simbólicas em busca de reconhecimento. É preciso notar a energia que os grupos empenham na busca da valorização social de sua identidade e a imposição das representações que fazem de si mesmo, investindo “nas lutas de classificação todo o seu ser social⁶⁴”. Assim, percebe-se o Movimento classificando seu ser social na tentativa de construir sua própria identidade. A classificação que faz de si mesmo é de um grupo que se aproxima do governo Lula, seu aliado histórico, e deposita esperanças nesse governo. Críticas ainda mais incisivas aparecem na Revista Sem Terra de Julho/Setembro de 2003. Apesar de trazer, na capa, a foto da posse de Lula em Brasília, o editorial⁶⁵ diz que:

“Enquanto assegura tranquilidade aos mercados, aos credores e aos especuladores, em discurso afinadíssimo com o FMI, o custo social da política econômica deteriora ainda mais as condições de vida dos brasileiros, que enfrentam o aumento do desemprego, a queda da renda, a elevação dos preços e a destruição dos mais diferentes sonhos – desde o de trabalhar e produzir, até o de estudar e especialmente o de viver com dignidade. Ao fornecer sobrevida para o neoliberalismo, praticamente em troca de nenhum futuro, o governo Lula não apenas aprofunda a crise social acelerada nos anos 90 de FHC, mas também desagrega o bloco político das lutas de transformação, faz coro à direita na perseguição aos segmentos mais combativos, frustra expectativas e esperanças, reforça o fisiologismo e o oportunismo dos setores conservadores. É preciso, imediatamente, retomar a sintonia com o povo – com as forças populares e de esquerda que construíram o PT, a CUT, o MST e as organizações sociais comprometidas com as lutas dos trabalhadores”.

⁶⁴BOURDIEU, Pierre – *Coisas Ditas*, Ed. Brasiliense, 1990. p.190.

⁶⁵ Revista Sem Terra, Ano V – nº 20. Jul/Set 2003.

Nesse trecho, primeiramente, nota-se que as críticas se tornam mais contundentes. O governo Lula passa a ser acusado de assegurar estabilidade aos mercados, aos especuladores e ao FMI, estabilidade essa que seria a causa do aumento do desemprego e da queda da renda dos trabalhadores. É acusado também de desenvolver políticas neoliberais, as mesmas que, duas edições atrás, o MST se colocou veementemente contrário. Além disso, é acusado também de fazer coro com a direita e com grupos conservadores no Brasil. Outro aspecto observado nesse excerto é a identidade que o editorial propõe entre o PT, a CUT e o MST. De acordo com esse editorial, essas organizações “comprometidas com as lutas dos trabalhadores” são frutos dos mesmos agentes: “forças populares e de esquerda”. Dessa forma, pode-se observar uma aproximação simbólica entre o MST e o PT, uma aproximação identitária. De acordo com o texto, o mesmo povo que construiu o PT e a CUT, é quem construiu o MST. E é com esse povo que o governo precisa retomar a sintonia. Portanto, o texto aponta, desde já, para um afastamento do governo com relação ao movimento, já que é necessário retomar, com ele, a sintonia.

Em publicação especial de Setembro de 2003, a revista traz artigos de várias personalidades ligadas ao governo, entre eles Frei Betto, assessor especial da presidência da República, e José Genoíno, presidente nacional do Partido dos Trabalhadores. A publicação de artigos de personagens

vinculadas diretamente ao PT e ao governo demonstra claramente uma tentativa de construção simbólica de uma identidade entre os Sem Terra e o governo⁶⁶. No texto de Frei Betto, o autor diz que:

“O MST é um movimento legítimo que encarna uma causa justa (...) O governo Lula jamais deixará de dialogar com todos os setores da sociedade brasileira, incluindo os movimentos sociais. E agirá, sem relutância, em defesa da lei igual para todos. Porém, o que mais preocupa o governo não são as repercussões de um boné, mas o latifúndio, as terras improdutivas, as famílias acampadas e assentadas”.

Nesse trecho, fica clara a aproximação com o MST proposta pelo governo. Primeiro, na legitimidade atribuída ao Movimento. Depois, na disposição para o diálogo e para a aplicação da lei de forma igual para todos. E, por fim, ao manifestar que as preocupações do governo são as mesmas do MST. É importante observar no texto de Frei Betto que o governo não propõe nenhum privilégio na relação com o MST. O que o governo propõe é o diálogo com todos os setores da sociedade e a defesa de lei igual para todos, incluindo, dessa forma, o diálogo também com setores conservadores e tradicionais que ocupam, inclusive, cargos no governo.

O texto de José Genoíno tem como objetivo analisar a relação do governo Lula com a pressão dos movimentos sociais. Com o título “A pressão Social”, o texto afirma que:

⁶⁶ Revista Sem Terra. Publicação Especial – setembro de 2003.

“Com a eleição do presidente Lula era mais ou menos previsível que as pressões sociais e as reivindicações dos grupos organizados aumentassem. Afinal de contas, a história de Lula e do PT se confunde e se entrelaça com a história da organização social e das lutas por reivindicações e direitos. Coerente com essa perspectiva, o governo do PT e de seus aliados fará tudo o que é possível para atender reivindicações justas e legítimas dos movimentos sociais (...) Os movimentos sociais, por sua vez, precisam entender que o governo não pode tudo”.

Nesse texto, o presidente nacional do PT também reconhece a relação histórica entre o governo Lula, o PT e os movimentos sociais, o que teria como resultado o aumento da pressão desses movimentos quando da eleição de Lula. Genoíno também coloca o governo à disposição dos movimentos sociais para atender suas reivindicações na medida do possível. E, assim, o autor observa o papel dos movimentos sociais: o de entender as limitações do governo. Entender que o governo não pode tudo é o dever dos movimentos sociais quando colocam em pauta suas reivindicações. Outro aspecto importante é que o fato de o órgão de imprensa oficial do MST ter dedicado vários artigos em sua edição especial a membros do governo, por si só, já demonstra a relação a que se propõe o Movimento com o governo. Dessa forma, o MST tece críticas à política de reforma agrária do governo, mas não deixa de considerar uma relação simbólica entre o governo petista e o Movimento.

Tendo como pano de fundo os conceitos de Pierre Bourdieu, pode-se conceber que a construção de identidade do movimento sobre si mesmo ocorre através das suas representações simbólicas produzidas e reproduzidas com base no ideal de verdade desse grupo. A identidade que o MST produz de si mesmo não se faz independente do ideal produzido na ficção do movimento sobre o governo. Segundo Bourdieu,

“A representação (mental) que o grupo se faz de si mesmo só pode se perpetuar no e pelo trabalho incessante de representação (teatral) pelo qual os agentes produzem e reproduzem, na e pela ficção, a aparência ao menos de conformidade à verdade ideal do grupo, a seu ideal de verdade⁶⁷”.

O ideal de verdade do MST com relação ao governo Lula, com quem o movimento tem uma relação política histórica, é um elemento determinante para a construção da identidade que o MST constrói sobre si mesmo.

O editorial do último número de 2003⁶⁸, intitulado “Até quando?”⁶⁹, identifica o governo com os movimentos sociais, mas não deixa de tecer críticas à situação no campo brasileiro. Entretanto, as maiores críticas são dirigidas ao poder judiciário e não ao poder executivo. Segundo esse editorial:

⁶⁷ BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. 5. ed. Campinas: Papirus Editora, 2004. p. 18.

⁶⁸ Revista Sem Terra, Ano V – nº 21. Out/Dez 2003.

⁶⁹ Esse editorial critica a violência no campo e sua conseqüente impunidade.

“Latifundiários e seus jagunços, fortemente armados, continuam espalhando o terror e a violência no campo. Este ano, pelo menos 50 trabalhadores rurais – entre os quais várias lideranças do MST – foram brutalmente assassinados (...) Na contramão da história e do processo civilizatório, o Poder Judiciário, através de alguns de seus agentes, tem atuado a serviço do latifúndio e da visão mais atrasada da sociedade brasileira, que teima em criminalizar os movimentos sociais (...) A indignação é grande. O que mais choca, nesse momento, é verificar um imenso silêncio e a omissão dos poderes constituídos da República, de um regime que se diz democrático, que se renova por meio de eleições, que tem um governo identificado com os problemas sociais do povo brasileiro, mas que não age diante de tamanha violência”.

Esse editorial demonstra um profundo descontentamento com a situação no campo brasileiro, especialmente com relação à violência. O principal responsável por essa situação é, segundo a “Revista Sem Terra”, o poder judiciário. As críticas dirigidas ao governo se diluem em meio a críticas a outros poderes da República e à democracia. O que toca ao governo é o silêncio e a omissão, e não uma responsabilidade direta. É como se os ministros do STF e o ministro da justiça não fossem nomeados pelo próprio governo. O que resta de crítica ao governo é somente sua falta de ação diante da violência. Além disso, o governo ainda é relacionado com os movimentos sociais no editorial. Apesar de sua inércia, ele é “identificado com os problemas sociais do povo brasileiro”.

O primeiro número de 2006 traz um editorial que faz um balanço das ações do MST em 2005. Trouxe sua pauta de reivindicações, analisou a

marcha que reuniu 12 mil militantes caminhando até Brasília e a CPMI da terra que transformou as ocupações de terra em crime hediondo. A única crítica feita ao governo é a seguinte: “A Reforma Agrária segue lentamente, apesar do governo alardear números que não existem”⁷⁰.

Outras críticas são feitas na charge final da revista, onde Lula estaria dizendo: “Fiz o que vocês fariam, continuei o programa econômico, paguei a dívida, aprovei as reformas e favoreci os bancos... Por que não posso ser o candidato do PSDB?”. Nesse caso, a crítica é dirigida diretamente às políticas do PSDB e Lula é criticado por ter seguido a mesma política do governo anterior. Entretanto, apesar dessas críticas, um elemento novo é encontrado na Revista Sem Terra em 2006, comparando-as às de 2003: propagandas do governo federal. Pode-se perceber, portanto, que, diferente de 2003, agora o governo federal é um dos patrocinadores dessa revista.

O segundo número de 2006 (Setembro/Outubro), a edição vigente durante as eleições, poupa completamente o governo Lula de qualquer crítica. Ao contrário disso, é ao governo de São Paulo, sob controle do PSDB, que se dirigem as críticas. A matéria de capa, “Vale do Rio Doce – A luta pela reestatização”, critica o governo Fernando Henrique Cardoso pela privatização dessa empresa, outrora estatal. A charge ao fim da revista também retrata a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo sendo

⁷⁰ Revista Sem Terra, Ano VIII – nº 34. Jan/Fev 2006.

atacada em um palanque. Entretanto, é no editorial onde as críticas feitas ao governo de São Paulo se tornam mais evidentes, ao ser acusado de incapaz na tarefa de reduzir a violência.

As críticas ao governo Lula votam a aparecer na Revista Sem Terra na edição de Novembro/Dezembro de 2006. Assim diz o editorial:

“O presidente Lula, já reeleito, reafirmou que o seu segundo mandato irá priorizar o crescimento econômico com distribuição de renda. Os movimentos sociais, que se empenharam no segundo turno para reelegê-lo, sabem que essa frase não pode se restringir ao entusiasmo da vitória eleitoral. É preciso transformá-la em políticas de governo. É preciso, sobretudo, coragem e determinação para enfrentar os interesses do capital internacional, do sistema financeiro e de uma elite minoritária, que concentra renda e riqueza em nosso país (...) Governar é fazer luta de classes sim (...) O segundo mandato não pode ser uma continuidade do primeiro. É preciso mudar o rumo. Os movimentos sociais estão dispostos a transformar esses próximos quatro anos em terceiro turno das eleições para derrotar a burguesia mais uma vez”.

Nesse editorial fica clara, diferente dos editoriais antes das eleições, a disposição do MST em criticar o governo Lula em seu segundo mandato, reivindicando mudanças nas políticas públicas. O editorial deixa explícito, também, o empenho dos movimentos sociais em reeleger Lula, o que mostra uma clara identificação entre eles.

Outros elementos são, também, importantes para entender a identidade simbólica que o MST constrói de si mesmo. Fica evidente, nesse

excerto, a que o MST se propõe: “derrotar a burguesia”. E, para o movimento, o governo é local para essa “luta de classes”. Portanto para o MST, disposto a derrotar a burguesia, o governo também deve se posicionar com esse objetivo na luta de classes que teria se instaurado. E para isso o Movimento se propõe a pressionar o governo que o próprio MST ajudou a eleger. É essa a representação (mental) que só pode existir a partir do trabalho de representação (teatral) pelo qual os agentes, através da ficção, produzem e reproduzem sua identidade norteados por um ideal de verdade, qual seja, a relação de identificação do MST com relação ao governo.

3. O MST visto do Jornal O Estado de Minas

O Jornal OEM tem a percepção da oposição que o MST faz ao agronegócio. E é essa a característica que esse Jornal tenta atribuir ao movimento em 06 de Maio de 2003 na seção “Economia”. De acordo com o Jornal: “Agricultura é só alegria: Apesar dos carbonários do MST, a agricultura é só boas notícias para o País”. Dessa forma, o movimento é caracterizado como uma espécie de seita secreta que opõe ao desenvolvimento da agricultura nos moldes atuais. Com o título “MST faz invasões sem critérios”, o que o Jornal OEM na seção Nacional do dia 24 de

Maio de 2003 tenta fazer é depreciar a forma como ocorrem as ocupações. Há uma clara contradição a desfilas nas linhas de OEM. Apesar da forma das ocupações serem caracterizadas como sendo sem critério, o primeiro parágrafo do texto já começa a descrever o critério utilizado para as ocupações:

“Os sem-terra mudaram seus critérios de ocupação para driblar a medida provisória que proíbe a desapropriação de terras invadidas, editada ainda no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Em vez de ocupar as propriedades onde pretendem se instalar, eles têm optado por terras impróprias para a reforma agrária, com o objetivo de chamar a atenção para suas reivindicações”.

Assim, diferente do título da matéria, o que se percebe no primeiro parágrafo é, na verdade, não que inexistam critérios para as ocupações, mas que os critérios, na verdade, foram mudados e com um objetivo muito claro: o de driblar a medida provisória editada por Fernando Henrique Cardoso. Portanto, pode-se inferir do título da matéria uma tentativa, por parte de OEM, de deslegitimar as ocupações organizadas pelo movimento.

Além dessa tentativa de deslegitimar as ações do MST, percebe-se, também, a tentativa de identificar o Movimento com o governo Lula. É o que se observa em 12 de Junho de 2003, na seção Nacional. De acordo com OEM,

“Por determinação do próprio presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, o governo criou uma comissão especial para combater a

violência no campo, encarregada de se deslocar até as áreas de conflito para conversar com sem-terra e fazendeiros. Convocada pela ouvidoria do Ministério de Desenvolvimento Agrário, a reunião acabou controlada por líderes do MST que, inclusive, cuidaram do ‘cerimonial’ do encontro. O ex-presidente do Sindicato Rural de Montes Claros, Reinaldo Rabelo, secretário municipal de Agricultura, e o representante da Sociedade Rural de Montes Claros, Roberto Ruas, deixaram o recinto antes do início das discussões sem esconder a irritação. O ‘mestre de cerimônia’ do MST chamou o representante do governo federal de ‘companheiro’, o mesmo tratamento dispensado aos demais integrantes da mesa (...).”

Assim, o que pretende OEM é estabelecer uma relação de identidade entre o governo Lula e o MST. O próprio Lula teria criado a comissão de combate à violência no campo. Essa comissão teria uma relação tão próxima com o movimento que teria delegado a ele a função de organizar um encontro no qual o movimento se dirigia aos representantes do governo chamando-os de “companheiros”. Isso teria causado irritação nos fazendeiros que abandonaram o local.

Na seção “Economia” do dia 06 de Julho de 2003, observa-se a desfilar nas linhas de OEM, a dupla intencionalidade: deslegitimação do movimento e identificação dele com o governo Lula. De acordo com a matéria:

“As ações ilegais do MST não apenas vitimam o respeito à lei, com a escalada de ações criminosas, e a imagem do governo, que recebeu festivamente os dirigentes do movimento no Palácio do Planalto (...) O dispositivo da função produtiva da terra deveria bastar, mas ninguém se sente confortável – com razão – de estar à mercê da ação de um órgão burocrático, caso do Incra, ainda mais depois de seu loteamento, neste governo, entre o MST e ativistas da reforma agrária”.

Nessa matéria, o MST é acusado de organizar ações criminosas de desrespeito à lei. O governo é acusado por receber, “festivamente”, no Palácio do Planalto, representantes do MST. Além disso, o governo é acusado de “lotear” os cargos do Incra entre os ativistas da Reforma Agrária e entre os próprios representantes do Movimento. No mesmo sentido caminha a matéria do dia 15 de março de 2006, sob o título “Delírios Rurais”. Segundo essa matéria:

“Que se conte a história do jeito como ela foi. Todo o cinismo e o abuso das hordas do autodenominado Movimento dos Trabalhadores Sem Terra só ganhou esta espécie de imunidade que desfruta país afora para desacatar a lei e promover a arruaça depois que ganhou foros de verdade a versão contada por lideranças do PT (...) Os líderes do PT tranqüilizavam os ouvintes com argumentos de que saberiam como lidar com eles se estivessem no governo (...) Formou-se assim a corrente da impunidade, que leva o MST a se superar em vandalismo e à quebra da autoridade da Justiça e da polícia, o que tornará muito mais difícil o retorno à normalidade no campo, ainda que ela tenha de ser retomada, de um jeito ou de outro”.

Assim, nesse texto, fica novamente explícita a forma de tratamento dada ao MST pelo jornal OEM. Primeiramente, observa-se que o jornal acusa o movimento de desrespeito à lei, de vandalismo e de “promover arruaça”. E relaciona essas acusações ao Partido dos Trabalhadores e suas lideranças, que encorajariam o MST, através de uma sensação de impunidade, à desordem no campo. Entretanto, esse texto não pára por aí. Ele continua dizendo que:

“Decerto o MST já estava fora de controle quando o PT o pintava de cor de rosa, mas soava reconfortante a análise

racionalista sobre o que a maioria do empresariado, assim como a opinião pública, só conhecia pela mídia, sobretudo por vir de um partido de esquerda que se mostrara confiável (...) No MST se misturam noções messiânicas da renegada (pelo Vaticano) Teologia da Libertação com socialismo rústico e sonhos de um novo homem (...) O governo Lula, como pregavam os petistas, tinha condições de tomar as rédeas do problema no campo, mas se acovardou e por um daqueles sortilégios da vida talvez tenha de partir dele, caso reeleja, dizer basta! – ou passar o segundo mandato recluso e desafiado”.

Novamente, a relação entre o governo petista e o MST é analisada como uma relação estreita. O MST é culpado por suas “arruaças” e Lula é culpado por não “tomar as rédeas” do problema no campo e controlar o MST, tendo, dessa forma, se acovardado. Além disso, o que mais desperta a atenção nesse trecho é a noção do próprio movimento que desfila nas linhas do jornal. De acordo com esse excerto, o MST é um movimento onde se mistura o “socialismo rústico” com noções messiânicas. Essa caracterização do MST pelo OEM é importante para a análise da identidade atribuída ao movimento.

Assim, a atribuição da identidade ao MST, empreitada na qual se empenha o jornal OEM, não se dá de outra forma a não ser a partir de uma luta simbólica em um campo de lutas orientado a partir de posições ideológicas. Segundo Bourdieu,

“As diferentes classes e frações de classes estão engajadas numa luta propriamente simbólica para impor a definição de mundo social mais conforme seus interesses, com o campo de

tomadas de posições ideológicas reproduzindo sob uma forma transfigurada o campo das posições sociais⁷¹”.

Até mesmo na seção Cultura, o Jornal “O Estado de Minas” deixa transparecer as mesmas caracterizações do MST que identificam o movimento ao governo Lula. Novamente, ao analisar a conjuntura política nacional, há a narrativa de um estreitamento de Lula com o MST que é caracterizado como “baderneiro”. De acordo com a seção Cultura de 22 de abril de 2006, “Mais uma decepção gerada pelo presidente operário que favorece a baderna promovida pelo MST e ignora os Trabalhadores”. Assim, Lula é visto como um elemento que favorece o MST. Dois dias depois, na mesma seção Cultura, esse viés é percebido novamente ao analisar a ocupação que o Movimento para a Libertação dos Sem Terra fez na Câmara dos Deputados. De acordo com OEM,

“De lá para cá [redemocratização], com a participação de antigos radicais de tendência marxista-leninista, o movimento dos sem-terra trabalha em íntima conexão com o Partido dos Trabalhadores (PT). Cada grupo quer ser mais agressivo do que o outro (...) O atual governo, que tem recebido caravanas de sem-terra no Palácio do Planalto e cujo chefe gosta de usar o boné do MST para fotografias, tem o dever de mandar abrir inquérito e processar os baderneiros que desrespeitaram o Congresso Nacional (...) Dos atuais assentados pelo MST e MLST não se tem conhecimento exato do que produzem, a não ser invasões e badernas. Só aparecem para atos deprimentes, revelando que se trata de típica tática de um grupo que não faz

⁷¹ BOURDIEU, Pierre – *Poder Simbólico*, Ed. Difel, Lisboa, 1994. p. 207.

a verdadeira reforma agrária porque não tem competência e passou quase quatro anos preparando a própria reeleição”.

Nesse trecho, fica clara a tentativa de estabelecer uma “conexão” entre o Partido dos Trabalhadores e o MST. De acordo com OEM, essa conexão tem se dado desde a redemocratização. Critica também a recepção dada aos movimentos sociais no Palácio do Planalto e o fato de Lula ter usado o boné do MST. A reeleição de Lula é tratada pelo OEM como se fosse a reeleição dos próprios movimentos, tamanho o nível de identificação entre eles. O MST e o MLST, novamente, são tratados como incompetentes e baderneiros e, de acordo com OEM, eles não produzem outra coisa que não sejam “invasões e badernas”.

4. Identidade Construída *versus* Identidade Atribuída

Percebe-se, a partir da comparação entre a identidade do MST construída pelo próprio movimento e a identidade atribuída ao movimento pelo jornal OEM, uma diferença evidente, resultado de uma verdadeira luta pela construção simbólica.

Na Revista Sem Terra, o que se observa é a tentativa de identificar o MST como um movimento cujas reivindicações transcendem a Reforma Agrária. Tenta-se construir sua identidade como um herdeiro de lutas que

remontam à colonização portuguesa. De acordo com essa revista, na edição de janeiro/fevereiro de 2004:

“Em Janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná, diversas pessoas de doze Estados do Brasil, entre trabalhadoras e trabalhadores rurais, sindicalistas e agentes pastorais, participaram do 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nascia, oficialmente, o MST. Mas a história do Movimento não tem uma data específica de nascimento (...) O MST é a continuidade das lutas sociais existentes no país desde que os colonizadores portugueses invadiram as terras indígenas. O Movimento segue com as lutas dos negros escravizados, que, com os quilombos, se mobilizam na reivindicação de uma sociedade livre. Ele mantém viva a luta de Canudos, maior exemplo de resistência e organização camponesa da história brasileira. O MST continua a luta das ligas camponesas, que nas décadas de 40, 50 e 60 resistiam em ser expulsas de suas terras, até serem aniquiladas pela ditadura militar (...) Os ideais do Movimento transcendem a luta pela terra. Passam pela criação de um projeto popular para o Brasil. Não são apenas as cercas dos latifúndios que devem ser derrubadas. Mas também as cercas da ignorância, da exclusão social, do neoliberalismo, do modelo econômico dependente, da manipulação das grandes empresas de comunicação”.

Em primeiro lugar, tenta-se construir em torno do MST a noção de amplitude, argumentando a chegada de pessoas de diversos estados e movimentos. Em seguida, tenta-se atribuir um passado ao MST e, por fim, argumenta-se que a luta pelo MST não se restringe à luta pela terra, mas passa pela luta contra a exclusão social, neoliberalismo etc. O movimento também procura identificar-se através da identificação do inimigo. Várias edições de 2003 trazem, no interior da revista ou na contracapa, duas fotos e um título: “De que lado você está: do latifúndio ou da vida?”. Dessa forma,

o Movimento se coloca na condição de defensor da vida na luta contra um inimigo: o latifundiário. A esse latifundiário também é atribuída uma história. Na edição de janeiro/fevereiro de 2004, edição comemorativa dos 20 anos do MST, encontra-se uma charge sob o seguinte título: “Uma história edificante”. Ela retrata a conversa entre dois coronéis, protegidos por homens armados, e o seguinte diálogo:

“Meu tataravô grilou essas terras do Estado. Aí meu avô expulsou os índios. Depois meu pai teve de comprar os juizes para legalizar as escrituras. Por fim, eu consegui escorraçar os miseráveis a bala. Se vierem os sem-terra eu boto pra correr. É o cúmulo: a propriedade privada tem que ser respeitada!”.

Depois de deslegitimar, a partir da atribuição de uma história, a propriedade da terra no país, a revista busca criticar o próprio respeito à propriedade privada da terra no Brasil. Além da tentativa de construção da identidade própria a partir da construção da identidade de um inimigo, tenta-se também atribuir a esse inimigo uma história. Tenta-se, também, desmoralizar e ridicularizar a propriedade da terra, que existiria em decorrência da grilagem, corrupção e violência. Segundo Bourdieu, “a identidade social se define e se afirma na diferença⁷²” já que “todas as propriedades de distinção só existem na e pela relação, na e pela diferença⁷³”. Portanto, a partir da definição do outro, do diferente, o MST produz a sua própria identidade.

⁷² BOURDIEU, Pierre – *O Desencantamento do Mundo*, Ed. Perspectiva, São Paulo. p. 191.

⁷³ Idem, p. 250.

Assim, o movimento, através da Revista Sem Terra, define-se como um movimento que luta pela Reforma Agrária, mas não somente. Sua luta transcende a questão do campo e chega até mesmo a questões econômicas. Sua identidade é construída a partir da atribuição a si mesmo de uma história que o legitima na condição de porta-voz dos excluídos no Brasil.

Por outro lado, nas linhas de “O Estado de Minas”, a identidade que se atribui ao MST é outra. Em 18 de Julho de 2006, há dois artigos que com o título “Antevéspera do caos” chega a comparar o MST ao PCC. Segundo esse artigo:

“O currículo deste movimento baderneiro é de causar arrepios ao mais insensível e desligado dos cidadãos (...). Se temos forças militares capazes, ao contrário de outras unidades federadas, de impedir episódios à semelhança dos paulistas, é indispensável uma tomada de posição da opinião pública contra este tipo de protecionismo político e governamental a estes bandos armados que, se definindo como movimentos sociais, nada mais são do que a vanguarda dos grupos revolucionários em preparo no Brasil sob o comando do Movimento dos Sem Terra (MST). E quem se dispõe a abrir guerra contra tais desmandos recebe logo o adjetivo intimidador de direitista conservador, gerando estado de apatia e desinteresse que reverte sempre em novos estímulos à baderna e ao crime (...). Se não bastassem as repetidas ações de grupos de delinquentes, subvencionados irregularmente pelo poder público, invadindo propriedades, depredando bens públicos, assaltando e agora cumulando com a desabrida ação criminosa do PCC em São Paulo, sob o olhar leniente das autoridades, aparece no domingo nas páginas sempre sérias e prudentes do Estado de Minas a notícia preocupante da descoberta de um complô armado para desestabilizar a Cemig e com ela todo o sistema elétrico nacional. (...) As acusações colocam sob suspeita um tal de MAB – Movimento dos Atingidos por barragens”.

Desfilam nesse artigo diversos adjetivos que caracterizam o MST como baderneiro e até mesmo como criminoso. Esse artigo foi publicado

após uma manifestação do Movimento dos Sem Terra junto com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e coincide com um período de atuação do crime organizado liderado pelo PCC no estado de São Paulo. O artigo aproxima o MST do PCC e o identifica com a baderna e com o crime organizado. Chega a sugerir intervenção das forças armadas para reprimir as manifestações do movimento. Esse artigo também aponta para uma omissão do governo federal que estaria protegendo os sem-terra. Na mesma direção caminha a análise de um texto de Jarbas Passarinho publicado pelo jornal OEM em 14 de março de 2006. De acordo com esse artigo,

“Pelo bem da Reforma Agrária, pratica-se no Brasil vandalismo. Recentemente, um grupo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiu fazenda em São Paulo e queimou duas toneladas de cana. Duas mil mulheres da internacional Via Campesina destruíram, no Rio Grande do Sul, um laboratório de pesquisa de mais de 20 anos (...) Por algo semelhante [Stédile] foi processado em 2003. Nunca se apresentou ao juiz e o processo foi extinto em 2005. Pelo bem da causa, é claro. Outro líder, que comandou a baderna, disse que fazia em nome da soberania nacional e a saúde do povo!”.

Esse texto, citando algumas manifestações ainda recentes do movimento, também identifica o MST ao vandalismo e à criminalidade. Tenta, também, criar uma noção de impunidade em torno do movimento, já que Stédile já teria sido processado por crime semelhante há três anos e não tinha comparecido em juízo. Segundo Bourdieu, a classificação do outro pode ser compreendida a partir do espaço social que o sujeitos ocupam.

“As pessoas estão situadas num espaço social, elas não estão num lugar qualquer, isto é, intercambiáveis, como pretendem aqueles que negam a existência das ‘classes sociais’; em função da posição que elas ocupam nesse espaço muito complexo, pode-se compreender a lógica de suas práticas e determinar, entre outras coisas, como elas vão classificar e se classificar e, se for o caso, se pensar como membros de uma classe⁷⁴”.

Portanto existe uma luta em torno da representação simbólica da identidade do MST. Por um lado, o movimento tenta construir sua própria identidade invocando a luta dos povos oprimidos na história do Brasil e identificando sua luta não somente com a reforma agrária, mas com a luta por justiça no Brasil. Por outro lado, a identidade atribuída ao MST pelo jornal “O Estado de Minas” o identifica com o vandalismo e com a baderna e com a impunidade, ao mesmo tempo em que relaciona o movimento ao governo Lula e acusa esse governo por cumplicidade com as ações “criminosas” do movimento.

⁷⁴ BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 67

CAPÍTULO III

MST e Governo Lula: construção de identidades em meio a reivindicações e apoios.

Sumário: 1. Introdução. 2. O MST e o Governo Lula; 3. O MST e as eleições; 4. O Movimento Pendular: Identidade construída em meio a reivindicações e apoios.

1. Introdução

O Partido dos Trabalhadores foi, historicamente, identificado com os movimentos sociais de luta pela reforma agrária. Alguns parlamentares desse partido, inclusive, foram eleitos majoritariamente com os votos dos militantes do MST⁷⁵. De acordo com Bruno Konder Comparato, durante os governos FHC, “dentro da oposição, o partido que oferece o apoio mais constante ao MST é o PT. Certamente, os deputados e senadores petistas se apresentam várias vezes como interlocutores entre o MST e o governo⁷⁶”.

A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República nas eleições de 2002 representa um marco para o MST. A partir daí, estabelece-se uma outra relação entre o MST e o governo, já que, desta vez,

⁷⁵ Como exemplo, pode-se citar o caso de Adão Pretto (PT-RS) e do núcleo agrário do PT, formado, em 2001, por 16 deputados. É um dos fundadores do MST. Fonte: <http://www2.camara.gov.br/internet/deputados/biodeputado/>

⁷⁶ COMPARATO, Bruno Konder. A Ação Política do MST. São Paulo Perspectiva. vol. 15 no.4 São Paulo Out./Dez. 2001

o palácio do planalto é ocupado por um personagem político apoiado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e com quem o PT fez oposição durante os oito anos ao governo FHC.

Investigaremos, nesse capítulo, a maneira como a relação entre o MST e o governo é abordada nos anos de 2003 (primeiro ano de governo Lula) e 2006 (o ano em que ocorrem as eleições) pelo jornal “O Estado de Minas”, um meio de comunicação reconhecidamente atento a questões políticas nacionais. Além disso, sua abordagem privilegia setores avessos aos movimentos sociais, o que nos permite uma comparação rica em contrastes na construção simbólica da identidade do Movimento, como será notado nesse trabalho. A escolha pelo jornal OEM nos facilitou o acesso a todas as suas edições, disponíveis via internet.

Uma vez definido o campo de pesquisa (relação entre o MST e o governo Lula em seu primeiro mandato), faz-se necessário que decidamos por uma concepção de discurso. A concepção com a qual esse trabalho se alinha faz referência aos conceitos de Pierre Bourdieu, para quem o “discurso” se relaciona ao conceito de ideologia. Para o autor, o discurso representa, enquanto ideologia, “a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito etc⁷⁷”.

⁷⁷ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel, 1989. p. 82.

De acordo com Bourdieu, são as “lutas simbólicas” que determinados agentes sociais travam entre si no campo político (um subespaço específico do “espaço social”) que produzem os discursos políticos que se encontram em oferta no mercado de bens políticos. O espaço social é definido pelo autor como um espaço “multidimensional” constituído por diversos “campos relativamente autônomos” (campo literário; campo religioso; campo da ciência; campo político; campo do direito etc). As lutas pelo poder simbólico são travadas dentro de cada um destes campos, ou seja, pelo poder de “fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo⁷⁸”. Assim, Bourdieu considera a luta simbólica como sendo a

“luta pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a⁷⁹”.

Dessa forma, os protagonistas de diferentes campos do espaço social produzem suas ideologias na luta simbólica pelo “monopólio da expressão legítima da verdade do mundo” e pela representação legítima do mundo social.

⁷⁸ Idem, p. 14.

⁷⁹ Idem, p. 174.

Portanto, ao debruçarmo-nos sobre esses jornais, podemos facilmente perceber uma variedade de vozes que se fazem presentes nas suas páginas diariamente. Há, de fato, uma “luta simbólica”, na tentativa de construir as representações e as identidades dos grupos com relação a si mesmos e ao outro. Diante dessa tentativa do MST em representar a si mesmo e em representar o governo Lula, investigaremos a relação entre esses atores.

2. O MST e o governo Lula

Ao investigarmos as edições de “O Estado de Minas”, de fato podemos notar uma multiplicidade de sujeitos que diariamente ocupam suas páginas na luta por “fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo”.

Depois da posse, em 1º de Janeiro de 2003, a primeira notícia veiculada pelo jornal “O Estado de Minas” da relação entre o MST e o governo Lula é o artigo de 06 de Março de 2003⁸⁰. Essa matéria é notícia de capa e sua importância faz com que ocupe quase o mesmo espaço na capa destinado à reportagem sobre o carnaval daquele ano. Na capa: “MST intensifica invasões e rompe trégua com Lula”, há um reconhecimento

⁸⁰ As poucas notícias que relacionaram o MST e o governo Lula antes desse artigo não são tão relevantes. Versam sobre a presença de militantes sem-terra na posse em janeiro e sobre a presença do MST no discurso de Lula durante o Fórum Social Mundial.

explícito da desmobilização do Movimento durante os primeiros meses do novo governo.

Na página 6, essa notícia representa a principal matéria na Seção Nacional dessa edição, inclusive com fotos de ocupações. Com a manchete⁸¹: “Sem-terras ameaçam com invasões em massa”, o artigo diz:

“Lideranças dos trabalhadores rurais rompem trégua com o governo e avisam que a lua-de-mel acabou. Fazendas foram ocupadas em sete estados durante o carnaval.

(...) Colocando um ponto final na trégua com o governo, a direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) decidiu adotar tolerância zero em relação à reforma agrária e partirá para invasão em massa.

(...) Desde o ano passado e logo depois da eleição de Lula a coordenação nacional do MST resolveu dar um freio em algumas iniciativas como essas [marchas, caminhadas e vigílias]. Teria havido, no período das eleições, um acordo entre a coordenação do MST e o PT para não derrubar a popularidade do então candidato. Eleito, no entanto, Lula parece ainda não ter acertado uma pauta de negociação com o movimento.

(...) o MST estaria interessado em indicar pessoas ligadas ao movimento para o cargo, mas encontraria resistência na própria cúpula petista, que também pleiteia a chefia das superintendências”.

Através desta matéria, o próprio Jornal apresenta o motivo da ausência do Movimento em suas páginas durante o ano de 2003. Segundo o

⁸¹ Além desse artigo, outros três artigos que fazem menção à relação entre o Governo Lula e o MST ocupam essa página, com as seguintes manchetes: “Fazendas são ocupadas”, “Mulher age em Goiânia” e “Vidros quebrados no Inca de Cuiabá”.

Jornal, o Movimento pretendia colaborar com a popularidade de Lula. Durante os dois primeiros meses do governo Lula, nenhuma menção concreta da relação entre o MST e o governo foi veiculada pelo Jornal. Foi em março que o pêndulo da relação entre o governo Lula e o MST deixa a posição de apoio e passa para a posição de reivindicação.

Além disso, pode-se perceber, por parte do Jornal, a tentativa de dar relevância aos conflitos internos no MST e na relação entre esse Movimento e o governo Lula. A primeira matéria, “Sem-terras ameaçam com invasões em massa”, conclui argumentando que a dificuldade de nomeação do superintendente do INCRA se assenta na disputa de cargos entre a cúpula petista e o MST. O segundo artigo, “Fazendas são ocupadas”, inicia-se a partir do dissenso entre os próprios sem-terra. “Enquanto não há consenso, os sem-terra promovem invasões isoladas”, é a primeira frase do artigo que trata a respeito das ocupações de fazendas durante o carnaval.

O terceiro artigo: “Mulher age em Goiânia”, também coloca em relevância a disputa por indicações para a superintendência geral do Incra em Goiás durante as ocupações no dia internacional da mulher. “As trabalhadoras querem que seja discutida a indicação do advogado Ailtamar Carlos da Silva, que é ligado à CNTA”⁸². E, de acordo com o Jornal, o MST reivindica a indicação do agrônomo Raulino Mendes.

⁸² CNTA é a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, filiada à CUT.

Essa página sobre o MST termina com o artigo: “Vidros quebrados no Incra de Cuiabá”, onde o jornal “O Estado de Minas”, já no primeiro parágrafo, dá lugar especial para um tumulto ocorrido entre o MST e o MTA, que teria contestado a ocupação. Como saldo do conflito entre os dois grupos, tem-se os vidros quebrados na sede do Incra. “Durante a invasão, os vidros foram quebrados e houve um princípio de tumulto com o Movimento dos Trabalhadores Assentados e Acampados (MTA), uma dissidência do MST, que contestou a invasão”.

De acordo com Bourdieu, é no interior dos campos sociais, em posse de certos capitais (econômico, jurídico, social, cultural, político, artístico etc) que os atores sociais travam a luta social condicionado pelo seu *habitus*. Para isso, é necessário que o ator social conheça as regras que regem o jogo dentro do campo social no qual os atores estão dispostos a jogar.

Consideramos a práxis social a partir do *habitus* e sua distribuição no campo social. O campo social é analisado por Bourdieu como estrutura objetiva de primeira ordem, e é ele o lugar onde o indivíduo é atravessado por vetores de forças em luta pela definição da legitimidade. Ao contrário, *habitus* são estruturas objetivas de segunda ordem, estruturas estruturadas e estruturantes, caracterizado pela subjetividade social.

Constitui-se na interpretação e produção de sentido do mundo. De acordo com Bourdieu, *habitus* são

“sistemas de posições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares', sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro (...) sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por estes resultados⁸³”

A partir da notícia transcrita, estamos diante de uma luta travada no campo de significações através do discurso jornalístico. Dessa forma, a linguagem (ou o silêncio) representa o campo social (constituído e constituinte, estruturadas e estruturantes) dessa práxis social (luta por significação). No caso do jornalismo como forma de linguagem, o campo de significação é registrado através dos temas, focos semânticos, modalidades discursivas. Múltiplos sentidos são produzidos em várias ações sociais e (re)produzidos como notícias.

⁸³ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. XLI

É o que se percebe na página transcrita: a luta pela produção e reprodução de sentido. Essa luta se dá no campo da significação. A fim de pressionar o governo, de chamar a atenção da sociedade, o MST passa de um período de silêncio para um outro momento, marcado por ocupações. Tem-se, portanto, esse ator, o MST, no interior do campo de significações procurando espaço na mídia para produzir, a partir de seu capital simbólico – noções acumuladas sobre o Movimento no decorrer do tempo – um sentido à sua luta pela reforma agrária.

Um outro ator surge na disputa pela produção de sentido nesse campo de significação: o jornal “O Estado de Minas”. A disposição das notícias, a ênfase nos conflitos internos do Movimento e na tensão entre o governo Lula e o MST, e até mesmo o espaço destinado à violência promovida pela ocupação revelam a tentativa do Jornal de reproduzir o sentido da ocupação organizada pelos sem-terra.

Essa disputa se dá a partir do *habitus*: “disposições ligadas a uma trajetória passada que levam os agentes em direção à sua posição⁸⁴”. O jornal OEM já tem acumulada uma forma de retratar o MST. Por sua vez, o MST também tem uma trajetória de ocupações, e faz disso um instrumento de disputa de poder e de produção de sentido na mídia. E o outro ator, o

⁸⁴ BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia da dos bens simbólicos*. 3ª edição – Porto Alegre, RS: Zouk, 2006. p. 175.

governo, também norteia suas ações a partir do *habitus*: a relação histórica entre o PT e o MST.

É esse *habitus* que orienta a resposta a essa pressão feita pelos trabalhadores rurais sem-terra e veiculada pelo jornal “O Estado de Minas”,. Na citação anterior de Bourdieu, o autor relaciona o conceito de *habitus* a experiências passadas dos indivíduos. São trajetórias anteriores que funcionam como matrizes de percepções da realidade. Entretanto, em outro texto, o autor expande o conceito. Assim, “*habitus* é também adaptação, ele realiza sem cessar um ajustamento ao mundo que só excepcionalmente assume a forma de uma conversão radical⁸⁵”.

Em 07 de Março de 2003, o governo se pronuncia com relação às ocupações organizadas pelo MST, em um tom agressivo. Cria-se, dessa forma, uma tensão clara entre o MST e o governo Lula. Uma das reivindicações dos sem-terra era a revogação da medida provisória 2027 editada por FHC que proíbe a vistoria em áreas ocupadas. José Dirceu, ministro-chefe da casa civil, observa que o governo não iria entrar em negociação com “invasores”. Com a manchete: “Vistoria continua suspensa”, o artigo diz o seguinte:

“O governo e o PT endureceram o discurso contra as ocupações de prédios públicos promovidas pelos sem-terra. O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, reafirmou ontem que é preciso respeitar ‘os limites da democracia’, além de

⁸⁵ BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, RJ: Marco Zero, 1983. p. 106.

informar que não está nos planos rever a medida provisória que criminaliza os invasores de terra e retira do programa de reforma agrária, pelo prazo de dois anos, as terras ocupadas.

(...) Apesar de reafirmar as críticas aos abusos dos sem-terra na ocupação das sedes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em dois estados nos últimos dias, Dirceu tentou eximir MST da responsabilidade pelo ocorrido em Cuiabá, onde o prédio foi depredado: “No caso de Mato Grosso, não é o MST que fez a ocupação”.

(...) Líderes do PT ligados ao MST tentaram descaracterizar os episódios do feriado de Carnaval como uma ação articulada do movimento dos sem-terra de alerta ou contrária ao governo”.

Observamos, assim, uma resposta clara do governo à onda de ocupações promovidas pelo MST e à manifestação na sede do Incra no Mato Grosso. O governo, através do ministro chefe da casa civil, em um primeiro momento endurece o discurso contra o MST e, posteriormente, sai em defesa do Movimento no que se refere ao incidente de depredação na sede do Incra, responsabilizando outros movimentos sociais pelo fato.

Pode-se observar, também, um impasse dentro do próprio PT descrito nas páginas dessa edição de OEM. Além da pressão exercida pelo Movimento, há também uma pressão exercida na própria base de sustentação do governo, como o núcleo agrário do PT na Câmara. O mesmo artigo observa, posteriormente, a atuação de Luci Choinack (PT/SC), segundo a qual “os movimentos sociais só têm a ajudar a governo Lula. É a luta social que faz o governo avançar na política”. Outra pressão dentro do próprio governo, retratada nessa matéria, é o posicionamento do presidente

do Incra, Marcelo Resende, segundo o qual a medida provisória 2027 deve ser revista.

É ele, Marcelo Resende, presidente do Incra, quem se torna, dez dias depois, o protagonista dessa discussão. Entretanto, observamos uma tentativa por parte do governo, desta vez, de desviar o foco da discussão a fim de reconciliar-se com o MST na mídia. No artigo, de 18 de março de 2003, com a seguinte manchete: “Reforma Agrária dentro da Lei”, o governo tenta desviar o foco da tensão do MST para o movimento ruralista. Nesse artigo, que ocupa meia página da seção Nacional dessa edição, temos o seguinte:

“Presidente do Incra, Marcelo Resende, reiterou que o governo não vai se intimidar diante das pressões do movimento ruralista, que está se armando para enfrentar as invasões às fazendas patrocinadas pelo MST. Projeto ainda não está totalmente definido.

(...) Segundo o dirigente do Incra, o latifúndio que não cumpre a função social será desapropriado.

(...) Marcelo Resende de Souza disse que os pontos da medida provisória 2027/38, editada em maio de 2000, durante o governo Fernando Henrique Cardoso que não estiverem adequados às novas diretrizes políticas do programa de reforma agrária do governo federal serão revogados (...) O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, já havia manifestado a disposição do governo de promover alterações na MP”.

Dessa forma, a tensão do governo se desvia do foco do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, base de apoio e aliado

histórico do governo Lula, para o Movimento Ruralista. O governo, através do presidente do Incra, tenta acalmar os sem-terra ao garantir que haverá desapropriação do latifúndio que não cumpre sua função social. A relevância dessa discussão faz com que o jornal “O Estado de Minas” dedique meia página de sua seção Nacional a esse tema. A revogação da medida provisória 2027 ainda se faz presente em suas discussões. Entretanto, Marcelo Resende não defende a revogação completa da medida provisória, o que é defendido pelos trabalhadores rurais. Ele defende que serão revogados somente os dispositivos inadequados às diretrizes do governo Lula. Da mesma forma, Miguel Rosseto não defende a revogação da MP, mas a alteração da mesma. O recuo do governo pode ser analisado à luz de Bourdieu, levando em conta que os agentes, portadores do capital simbólico e a partir do *habitus*, aceitam ou contestam certas diretrizes que redefinam as bases da sociedade. É o que explica Bourdieu:

“Sem dúvida, os agentes constroem a realidade social; sem dúvida, entram em lutas e relações visando a impor sua visão, mas eles fazem sempre com pontos de vista, interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem transformar ou conservar⁸⁶”.

Depois de quase um mês de silêncio quanto à relação entre o MST e o governo Lula, em 10 de abril o governo anuncia o plano nacional

⁸⁶ BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*. (tradução sugerida: A nobreza de Estado. Grandes escolas e corporativismo). Paris: Les Éditions de Minuit, 1989. p. 8

de habitação, com verbas de 5,1 bilhões de reais, com os quais se construirá 1,2 milhões de casas em assentamentos do MST. Segundo o Jornal, “além de detalhar os gastos de habitação, o governo anunciou o lançamento de um projeto-piloto para construir 1,2 mil moradias em assentamentos do MST”. É essa a única menção feita ao Movimento nessa edição.

O *habitus*, como forma de disposição à determinada prática de grupo ou classe é a interiorização de estruturas objetivas das suas condições de classe ou de grupo sociais que gera estratégias, respostas ou proposições objetivas ou subjetivas para a resolução de problemas postos de reprodução social. É esse *habitus* que norteia a resposta do governo às ocupações e que norteia o Movimento a exercer pressão sobre o governo, criando significações e ocupando as primeiras páginas de “O Estado de Minas”.

O *habitus* é o elemento que orienta a relação entre o MST e o governo Lula. As experiências passadas do Movimento tendo as ocupações de terra como principal instrumento para o exercício de pressão sobre os governos, de um lado; de outro, as respostas dos governo também são norteadas, tanto pela relação histórica entre o PT e o MST (e o apoio político-eleitoral) quanto pelo amplo quadro de alianças, inclusive com setores do agronegócio, que garantiu a vitória de Lula em 2002. E nessa relação complexa o *habitus* se encontra em construção, em mutabilidade. Segundo Setton,

“*Habitus* não pode ser interpretado apenas como sinônimo de uma memória sedimentada e imutável; é também um sistema de disposição construído continuamente, aberto e constantemente sujeito a novas experiências. Pode ser visto como um estoque de disposições incorporadas, mas postas em prática a partir de estímulos conjunturais de um campo. É possível vê-lo, pois, como um sistema de disposição que predispõe à reflexão e a uma certa consciência das práticas, se e à medida que um feixe de condições históricas permitir⁸⁷”.

Outra referência à relação entre o governo Lula e o MST nas páginas do jornal “O Estado de Minas” se dá em 17 de abril de 2003, com a manchete: “MST dá ultimato e vai intensificar invasões”. Ocupando dessa vez um espaço bem menor, o texto diz:

“Os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Minas Gerais deram ontem um ultimato aos governos federal e estadual: se em dois meses as reivindicações do grupo não forem atendidas, eles vão intensificar as invasões de terras e órgãos públicos como forma de protesto.

(...) O Coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), João Pedro Stédile, disse ontem em Curitiba que o movimento continuará com sua política de ocupar fazendas para pressionar o governo a implementar a reforma agrária, mas tem orientado o movimento a poupar os órgãos públicos com invasões. ‘O governo está a nosso favor. Não acredito que este governo vai usar a polícia para reprimir nosso movimento. O governo Lula é bem diferente do de FHC, que favorecia os fazendeiros e latifundiários’, disse Stédile.

(...) O coordenador do MST disse ainda que apesar dos sem-terra terem apoiado o PT nas eleições, o governo Lula ainda está ‘muito moroso’ em relação à implementação da reforma agrária.”.

⁸⁷ SETTON, Maria da Graça Jacintho. *A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea*. (disponível em www.scielo.br)

É interessante observar nesse excerto que, apesar de anunciar uma parcela das verbas da habitação popular ao MST há uma semana, o Movimento continua exercendo pressão sobre o governo e, dessa vez, com um prazo estipulado: dois meses. E, apesar da pressão, o Movimento também pondera as críticas na voz de Stédile, que deixa claro que o governo Lula se diferencia do governo Fernando Henrique Cardoso, já que este “favorecia os fazendeiros e latifundiários”. Além disso, apesar das críticas que o MST, através de João Pedro Stédile, faz ao governo, nesse trecho fica claro também o apoio dado pelo Movimento durante a eleição de Lula em 2002. É, novamente, o *habitus*, como sistema de disposições ligado a uma trajetória social, em mutação e em contínua construção, que caracteriza a relação entre Lula e Stédile, que pondera as críticas do Movimento ao governo. De acordo com Setton,

Reitero a necessidade de considerar o *habitus* um sistema flexível de disposição, não apenas resultado da sedimentação de uma vivência nas instituições sociais tradicionais, mas um sistema em construção, em constante mutação e, portanto, adaptável aos estímulos do mundo moderno: um *habitus* como trajetória, mediação do passado e do presente; *habitus* como história sendo feita; *habitus* como expressão de uma identidade social em construção⁸⁸.

Daí para frente, o MST segue as ocupações, mas sem fazer menção explícita ao governo Lula, como o artigo do dia 14 de maio de 2003, que aborda a ocupação da fazenda do reverendo Moom no Mato

⁸⁸ Idem.

Grosso do Sul, consideradas produtivas pelo Incra. Só em 22 de maio desse ano é que a relação entre o MST e o governo volta a ocupar as páginas do jornal “O Estado de Minas”. De acordo com o Jornal, o presidente Lula, na defesa de uma reforma agrária pacífica, teria condenado a ocupação de militantes sem-terra em Tracunhaém, Pernambuco, por terem depredado galpões do engenho Prado. Segundo essa matéria:

“Sem mencionar esse episódio, Lula afirmou que, ‘para fazer justiça neste País, não precisa ter nenhuma briga’. Em defesa das bandeiras de luta do MST, afirmou que a reforma agrária significa terra, crédito, assistência técnica e garantia de preço.

(...) Discursando ao lado da senadora Roseana Sarney, Lula não poupou críticas às oligarquias nordestinas

(...) Lula recebeu representantes de movimentos populares ligados ao PT, que defendem a agricultura familiar, em oposição aos grandes empresários agrícolas, que patrocinaram a visita”.

Dessa forma, ainda defendendo as bandeiras históricas de luta do MST, o governo Lula condena as ocupações como forma de pressão pela reforma agrária. O governo prefere defender uma reforma agrária “tranquila e pacífica”. Ao mesmo tempo em que condena as ocupações, tenta manter firmada uma boa relação com o MST de duas formas: primeiro, ao tentar condenar as oligarquias nordestinas pela fome no campo e depois, ao

dialogar com os movimentos populares que defendem a agricultura familiar. Nesse exemplo, o governo e o MST travam, nas páginas do Jornal, uma luta no campo simbólico a fim de imporem sua representação da realidade. Segundo Bourdieu, a luta no campo simbólico, no campo das significações, dá-se, a fim de:

“imporem a definição do mundo social mais conforme seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica⁸⁹”.

Volta à capa do Jornal em 24 de maio de 2007, com a manchete: “MST invade sem critérios”. Segundo o Jornal, o MST estaria invadindo terras impróprias para a reforma agrária, por serem menores do que o estabelecido por lei ou por serem produtivas. Novamente, “O Estado de Minas” retoma a discussão da MP 2027 e, segundo o Jornal, o MST estaria driblando a medida provisória. De acordo com esse artigo:

“Os sem-terra mudaram seus critérios de ocupação para driblar a medida provisória que proíbe a desapropriação de terras invadidas, editada ainda no governo FHC. Em vez de ocupar as propriedades onde pretendem se instalar, eles têm optado por terras impróprias para a reforma agrária, com o objetivo de chamar a atenção para suas reivindicações”.

⁸⁹ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel, 1989. p. 11.

Assim, o Movimento busca fazer pressão no governo para que este realize a reforma agrária. Entretanto, como não revogada a MP 2027, a solução encontrada pelos sem-terra foi organizar acampamentos em locais impróprios para a desapropriação, continuando o exercício de pressão sobre o governo Lula.

Novamente na capa do Jornal em 31 de Maio de 2007, com o título “Na pressão”, Segundo o Jornal, cerca de 160 famílias do MST ocuparam a fazenda da Embrapa sob a justificativa de que a propriedade não se destina totalmente à pesquisa, já que teria sido arrendada a empresas particulares.

“Um morto e doze feridos em conflitos de terra”. É dessa forma que a capa de “O Estado de Minas” de 5 de Junho de 2003 anuncia a ocupação de uma fazenda no interior da Paraíba⁹⁰. De acordo com a notícia, os ocupantes teriam sido “recebido por balas ao ocupar a fazenda”. É ainda em Pernambuco que, dois dias depois, em 7 de Junho de 2003, o MST ameaça assentar por conta própria, caso o governo não resolva os conflitos resultados das ocupações. Diz o Jornal:

“O MST vai assentar lavradores por conta própria, caso o governo não encontre solução para os acampados em área de litígio na Zona da Mata pernambucana. A ameaça foi feita pelo coordenador nacional do movimento, Jaime Amorim,

⁹⁰ Na mesma capa, o Jornal aborda a pressão sofrida por Lula no encontro Nacional da CUT, onde o presidente teria sido vaiado por militantes do PSTU, Pcdob e pela esquerda do PT.

diretamente ao presidente do Incra, Marcelo Resende, e ao ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva Filho”.

Pode-se, observar, portanto, o MST aumentando o nível de pressão sobre o governo. O Movimento, através de sua direção nacional, dá um ultimato no governo e exige a solução do conflito. A pressão é tão incisiva que a matéria ganha espaço na capa do jornal “O Estado de Minas”.

Ocupando uma página inteira da seção Nacional na edição do jornal “O Estado de Minas” de 12 de Junho com a manchete: “Inkra invade área do Incra”, o Jornal aborda a discussão quanto à competência para vistoriar terras ocupadas. A superintendência do Incra de MG reivindica para si essa competência, enquanto a superintendência de Brasília também o faz. A diferença é que a superintendência de Brasília considera que as famílias acampadas devem ser cadastradas, enquanto a superintendência de Minas Gerais pretende aplicar a MP 2027, que proíbe a vistoria em áreas ocupadas.

“A Fazenda Caatinga, localizada no município de São Francisco, a 450 quilômetros de Belo Horizonte, no Norte de Minas, é pivô de uma briga entre duas superintendências regionais do Incra. A Unidade de Minas Gerais cumpriu a Medida Provisória 2183⁹¹, que proíbe vistoria em áreas invadidas pelos sem-terra (...) Entretanto, apesar da MP, o cadastramento foi feito pela superintendência de Brasília, que além de ter descumprido a medida provisória e orientação do Incra nacional, invadiu a área de atuação da superintendência mineira.

⁹¹ A MP 2027-38 foi reeditada passando a ser a MP 2183-56.

(...) Fontes ligadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) revelaram que o Inbra de Brasília é controlado pelo MST, que organizou a ocupação da Fazenda Caatinga”.

Além de abordar a discussão de competência para o cadastramento das famílias acampadas, o Jornal ainda deixa clara a relação entre o Movimento e a superintendência do Inbra de Brasília, que estaria sendo administrada pelo próprio Movimento.

Outras notícias também povoam essa página, entre elas: “MP provoca polêmica no governo Lula”, que demonstra um racha na própria base do governo com relação às ocupações feitas pelo MST e a validade da medida provisória e “Cadastramento é o primeiro passo para o assentamento”, onde o superintendente do Inbra em MG prevê a desapropriação de 15 novas fazendas onde se assentarão entre 1,2 e 1,5 mil famílias ainda em 2003.

Ainda na mesma página, uma notícia abordando a tensão no Pontal do Paranapanema revela a expectativa gerada por parte do MST com relação à reforma agrária de Lula. Para o Movimento, é a disposição do governo de assentar que faz com que as ocupações prossigam como forma de pressão. Diz o artigo:

“Cerca de 150 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiram ontem a Fazenda Três Irmãos, no município de Rosana, no Pontal do Paranapanema, extremo oeste de São Paulo.

(...) ‘Nos dois últimos anos, com a perseguição de FHC, nós passamos a fazer mais um trabalho de base’ afirmou. (...) Agora, com a sinalização do presidente Lula e do próprio governo estadual de que vai haver assentamentos, a ordem é mobilizar’, avisou [Valmir Luís Sebastião, coordenador regional do MST]. ‘Vamos para a beira de estradas perto das cidades, onde podemos ter acesso a escolas, postos de saúde e água. Nessas áreas, que são públicas, também é mais fácil atrair famílias para o movimento’, informou”.

Dessa forma, fica claro que a motivação por parte do Movimento para realizar ocupações é a própria disposição do governo em realizar desapropriações e assentamentos. É o *habitus*, como elemento de mediação entre o indivíduo e a sociedade, que define a disposição do governo em realizar a reforma agrária e que norteia as tomadas de decisão do MST diante disso. É importante observar também que a fala do coordenador regional do MST demonstra uma guinada clara entre o momento atual e o período de governo Fernando Henrique Cardoso. Para o Movimento, o momento atual se difere dos dois últimos anos, quando houvera perseguição. O momento atual, por seu turno, é marcado pela sinalização do presidente de que “vai haver assentamentos”.

Um dia depois, em 13 de Junho de 2003, o Jornal novamente relata a mesma motivação de novas ocupações em massa. É a disposição do governo Lula em assentar que estaria fazendo com que os trabalhadores sem-terra se mobilizassem em ocupações. De acordo com o Jornal:

“Os movimentos de sem-terra que atuam no Pontal do Paranapanema, no Oeste do estado de São Paulo, querem

chegar a 10 mil famílias acampadas na região até o final de julho. É mais do que o dobro da população dos acampamentos já instalados – que totalizam 4,5 mil famílias. Já um mês eram menos de 3 mil.

(...) As lideranças estão mobilizando as bases por acreditar que no segundo semestre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai acelerar os programas de reforma agrária no País”.

Dessa forma, o volume de notícias de novas ocupações se assenta na confiança de que a reforma agrária será acelerada pelo governo no segundo semestre de 2003. Além disso, o descumprimento parcial da MP 2027 faz com que as ocupações voltem à agenda do país como forma de pressão para que se acelere o processo de assentamento. Com a volta do tema da reforma agrária para a agenda nacional, não é somente o MST quem faz pressão no governo. A relação entre o governo e o Movimento incomoda a bancada ruralista e o tema é capa do Jornal em 08 de Julho de 2007. De acordo com a matéria,

“O Ministério Público apresenta hoje nova denúncia contra 12 pessoas, entre fazendeiros e seguranças do Triângulo Mineiro. Eles são acusados de formar milícia armada e contratar vigias para agir contra os sem-terra (...) A bancada ruralista na Câmara ameaça atrasar a tramitação de projetos de interesse do governo pelo seu comportamento com o MST”.

Quando, e alguma forma, a relação entre o governo e o MST passa a ser menos tensa, seja com relação à inaplicação da MP 2027 ou com relação à demonstração de diálogo do governo com o MST é da bancada

ruralista que as pressões passam a chegar. Um dia atrás, 7 de Julho, é a reunião entre Lula e Stédile que se tornara notícia. De acordo com OEM, “O Encontro foi excelente. Foi cinco a zero sobre o latifúndio”, diz Stédile cantando vitória na saída da reunião com Lula”. No mesmo dia, 08 de Julho, Bertha Maakrooun, na seção “Em dia com a política” em OEM, também descreve a crise entre a bancada ruralista e o governo. Segundo ela,

“A bancada ruralista anda fazendo beicinho para o governo federal. Ronaldo Caiado (PFL-GO) recusou, em nome dos ruralistas, um almoço com o presidente Lula. O ciúme decorre da crise do boné (...) Os sem-terra, segundo dados do Incra, teriam hoje 134 mil famílias acampadas, à espera de assentamento. No encontro com Lula, o MST pediu o assentamento, ainda neste ano, de 120 mil famílias. Pediu mas sabe que não vai ser atendido. Lula falou em 60 mil para igual período”.

Esse excerto é sintomático. O governo Lula entre pressões feitas de dois lados. De um, a bancada ruralista recusando o almoço com o presidente pela relação desse com o MST. De outro, o MST pressionando o governo para assentar 120 mil famílias enquanto ele se dispõe em assentar a metade. E o governo, no meio dessa disputa, entre convites para almoço com ruralistas e reuniões com sem-terras. As pressões dos dois lados podem ser observadas na seção Nacional, dividida entre pressões dos ruralistas (“Ruralistas ameaçam atrasar reformas”) como reação às pressões dos sem-terra (“Sem-terra prometem 35 novas ocupações” e “MST retoma marcha nas estradas gaúchas”). Essa mesma reação contra a pressão do MST pode

ser percebida em matéria de 17 de Julho de 2003, que aborda a contratação de seguranças por parte dos fazendeiros para prevenir as ocupações. De acordo com o Jornal,

“O Sindicato Nacional dos Produtores Agrícolas (Sinapro) contratou a empresa de proteção patrimonial American Security para fazer o policiamento de fazendas em Minas, São Paulo e outros sete estados. ‘O MST radicalizou pela esquerda. Vamos radicalizar pela direita’, desafiou Narciso da Rocha Clara, presidente da entidade dos fazendeiros”.

Dessa vez, mais um ator é incorporado na luta pela representação do campo de significações. Além do MST, do governo e do próprio Jornal, o movimento ruralista começa a aparecer pelas primeiras vezes. O poder simbólico, como “poder de constituir o dado pela enunciação⁹²” insere no campo de disputa outro agente. De acordo com Bourdieu, “o poder simbólico não reside nos ‘sistemas simbólicos (...) mas na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença⁹³”. Uma nova classe, definida pelo autor como “conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, práticas e tomadas de posição semelhantes⁹⁴”, emerge na luta pelo poder simbólico assim definido por Bourdieu: “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar

⁹² BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel, 1989. p. 14

⁹³ Idem, p. 15.

⁹⁴ Idem, p. 136

ou transformar a visão do mundo⁹⁵”. A luta de classes, dessa forma, dá-se no campo de produção simbólica: “um microcosmos da luta simbólica entre as classes⁹⁶”.

No dia 25 de Julho, toda a seção Nacional do Jornal é dedicada à questão agrária. A sede do Incra é ocupada pela segunda vez, a meta da reforma agrária em Minas não é atingida e Lula promete que a reforma agrária será prioridade no segundo semestre de 2003. Diz OEM,

“vamos dedicar este segundo semestre para resolver o problema da reforma agrária no nosso País’ disse ele.

(...) O presidente sinalizou que, na questão fundiária, o governo não se curvará a pressões dos movimentos sociais nem dos fazendeiros”.

Portanto, a pressão que sofre o governo, tanto da parte do MST, quanto dos latifundiários fica evidente nessa matéria. A relação entre a promessa de Lula de que a reforma agrária seria prioridade do governo no segundo semestre e a segunda ocupação da sede do Incra é evidente na página do Jornal na seção Nacional. Na mesma seção, um dia depois (26 de Julho), a mesma relação se repete. O Jornal noticia mais 18 ocupações em Pernambuco, o pedido de prisão de Stédile por incitação à violência e o governo, através de Dirceu, dizendo que abusos não serão tolerados pelo

⁹⁵ Idem, p. 15

⁹⁶ Idem, p. 12

governo. Há um saber intuitivo que norteia as classes de que precisam constar das páginas de jornais para adquirir seu estatuto de existência. Dessa forma, não é somente o acontecimento que cria a notícia, mas o acontecimento também é criado por ela, invertendo-se, dessa forma, a relação entre o fato e a informação. Sobre isso, Bourdieu afirma que:

"... as manifestações a bem-sucedidas não são necessariamente as que mobilizam o maior número de pessoas, mas as que atraem maior interesse entre os jornalistas. Exagerando apenas um pouco, poder-se-ia dizer que cinquenta sujeitos inteligentes que conseguem obter cinco minutos na TV para um happening bem sucedido podem produzir um efeito político comparável ao de meio milhão de manifestantes⁹⁷".

Portanto, consideramos complexa a relação estabelecida entre o MST e o governo Lula no ano de 2003. Essa relação é marcada por momentos de apoio recíproco entre o MST e o governo e outros, de tensão entre esses atores, variando conforme circunstâncias diversas. A inserção do movimento ruralista no campo de significação representa um outro ator em disputa pelo poder simbólico no campo político. Quando a relação tende a se estabelecer de forma mais harmônica entre o governo e o MST, é dos latifundiários que parte a tensão sobre o governo. Dessa forma, como as relações de comunicação são “sempre, relações de poder que dependem, na forma e conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes

⁹⁷ BOURDIEU, Pierre. *L'Emprise du journalisme. Actes de la Recherche*. Paris, n101, Mars 1994.

envolvidos nessas relações⁹⁸”, é nas páginas do jornal OEM que desfila essa disputa de poder. Assim, o Jornal torna-se o palco da disputa e, ao falar ou silenciar torna-se, também, um ator, (re) produzindo sua própria visão de mundo sobre os fatos e sobre essa disputa pelo poder simbólico.

3. O MST e as eleições.

A eleição provoca uma guinada nos rumos da relação entre o MST e o PT em 2006. As ocupações diminuem e o MST passa a ocupar menos as capas do Jornal. A relação deixa de ser uma relação de reivindicação e passa a ser uma relação de apoio. É o que acontece em 6 de março de 2006, quando, na seção Nacional, OEM diz:

“O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) intensifica as invasões de terras e outras ações de olho no calendário eleitoral.

(...) No país, os militantes serão mobilizados para exigir mudanças na economia e no quadro político nacional ‘O MST está animado pela ascensão ao poder de alternativas que surgiram no calor da luta popular’, disse [João Paulo Rodrigues], citando como exemplo as eleições de Evo Morales, Michele Bachelet, Kirchner, Chavez e Lula”.

A primeira observação importante a ser feita a partir dessa matéria é a relação entre as ocupações e a eleição, de acordo com o Jornal. O ano

⁹⁸ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel, 1989. p. 11

eleitoral traz uma nova motivação para as ocupações do MST. Além disso, João Paulo Rodrigues não deixa de demonstrar apoio ao governo. Há, portanto, uma relação íntima entre o ano eleitoral e a demonstração de “animação” do MST com relação a Lula.

A relação entre o governo e o Movimento volta às páginas do Jornal em 9 de março, com a manchete: “Inkra paga ônibus para o MST invadir fazenda”. Demonstra-se, dessa forma, uma nova configuração quanto à relação entre o governo e o Movimento. A antiga tensão entre o governo e o Movimento, nesse momento, torna-se bem mais amena. O MST deixa de ocupar as páginas da seção Nacional como notícia e passa a ocupar o editorial e seções de opinião. Quando o MST aparece como notícia, o faz como pano de fundo de notícias sobre as eleições. É o que acontece em 16 de março de 2006. Com uma página inteira destinada ao MST, a seção Política de OEM diz:

“O apoio dos movimentos populares que deram sustentação à candidatura em 2002 e, ao longo dos últimos anos, passaram a criticar o governo. Esse foi o pedido do presidente Lula em discurso na cerimônia de implantação do programa de extensão das universidades federais em Itabaiana. Ao ver, na platéia, representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da União Nacional dos Estudantes (UNE) disse que, apesar das divergências recentes, espera contar com a ajuda de todos para superar o adversário comum – a primeira referência indireta ao PSDB.

‘Saio daqui com o prazer de encontrar os companheiros do movimento social, do Movimento Sem-Terra. A gente não nega que, em muitos anos de batalhas, temos pontos de vista

diferentes, mas, nas nossas divergências sabemos diferenciar quem é o adversário comum, quem e que queremos vencer e o que queremos construir’, afirmou”.

Observamos, portanto, que a relação sai do campo da pressão. Os momentos de tensão entre o MST e o governo são substituídos pelo período eleitoral. O primeiro período da reportagem coloca em primeiro plano a crítica que os movimentos sociais fizeram durante os anos do mandato do presidente Lula após o apoio em 2002. O próprio governo reconhece a existência de divergências recentes e procura desviar o foco dessas divergências para a superação do adversário comum: PSDB. O discurso de Lula mostra também a tentativa de reconciliação com o MST, enfatizando o prazer que tem o presidente de encontrar representantes dos sem-terra.

O MST volta à capa de OEM em 9 de abril de 2006, uma semana antes do aniversário de 10 anos da chacina de Eldorado de Carajás. A reportagem aborda a prisão de 100 sem-terras em 2006 e a promessa da onda de ocupações para marcar os 10 anos de Carajás. O que OEM traz, em 17 de abril, um pequeno texto narrando a chacina e a impunidade. A onda de ocupações é abordada no Jornal do dia 18, com uma página inteira dedicada às invasões. Entretanto, é importante observar que nenhuma menção se faz ao governo Lula. As reivindicações dirigidas ao governo, próprias das ocupações de 2003, passam a não estar presentes nos movimentos de ocupações. As ocupações do MST deixam de ter um caráter reivindicativo e

tornam-se exceções. Na maioria das vezes, o que se reporta do MST nos jornais são ameaças de ocupações, e não ocupações, na prática. Como exemplo, podemos citar a reportagem de 24 de abril de 2006 na seção Nacional. O pequeno texto, na íntegra, diz que:

“MST faz novas ameaças. No encerramento do Fórum Social Brasileiro, no Recife, o coordenador do MST em Pernambuco, Jaime Amorim, conclamou os sem-terra a não deixarem mais ‘nenhum latifundiário dormir em paz’ em 2006 e 2007. ‘Não devemos permitir que nenhum latifundiário possa dormir em paz. Não vamos parar de incomodar. Ele pode ficar lá, bebendo uísque na casa de veraneio dele, mas vai estar sempre preocupado, telefonando para o caseiro, para a administração da fazenda, para saber se o cadeado da porteira foi quebrado’, disse Amorim, que também falou sobre a criação de uma espécie de Via Campesina para atuar na área urbana usando os mesmos métodos de pressão do MST. ‘Essa união que começa a se formar vai nos permitir construir uma nova realidade para o país’, disse”.

Percebe-se, portanto, que o que passa a povoar as páginas do Jornal deixa de ser as ocupações e passa a ser a ameaça delas. Além disso, o foco da pressão deixa de recair sobre o governo e passa a ser exercido sobre os latifundiários. O MST não dirige mais a pressão sobre o governo nesse ano eleitoral. O tamanho da reportagem destinada ao Movimento em 2006 também contrasta com aquela destinada a ele em 2003. Para o estudo das lutas no campo político é necessário levar em consideração que:

“O campo político entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em um dado momento (...) é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos,

produtos políticos, (...) instrumentos de percepção e de expressão do mundo social⁹⁹.

Assim tem-se uma nova configuração no campo da significação. Os atores, a partir de seu capital simbólico, negociam identidades e lutam pela manutenção ou pela transformação da estrutura em um dado momento. Já que um novo elemento é inserido no campo – a eleição – as estratégias de que os atores lançam mão para desenvolver a luta no campo político também são alteradas. Isso se dá por parte do Movimento, que faz menos ocupações e dirige-se ao governo fazendo menos reivindicações, e também do governo que faz mais concessões ao Movimento. A saída de Roberto Rodrigues, ligado à bancada ruralista, do Ministério da Agricultura, também é sintomática. De acordo com a reportagem de 1º de Julho de 2006,

“A nomeação de Guedes já preocupa grandes produtores e deve acirrar os ânimos entre governo e a bancada ruralista no Congresso. Engenheiro agrônomo, Guedes tem fortes ligações com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ele foi presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, que tem relações históricas com os movimentos sociais do campo. Nos tempos de professor da Unicamp, atuava como uma espécie de conselheiro intelectual do MST. Devido a esse passado de participação nos movimentos sociais, o temor dos ruralistas é que Guedes faça uma administração voltada para os sem-terra e para os pequenos agricultores, ao contrário de Rodrigues, que vinha batalhando por medidas de apoio aos grandes agricultores”.

As ocupações se tornam ausentes das páginas de OEM em 2006. Pelo contrário, o que passa a ser noticiado são as ordens de despejo sem

⁹⁹ Idem, p. 164-165.

resistência dos sem-terra. Não há, ainda, reivindicação dirigida ao governo Lula. Em 11 de Julho, “O Estado de Minas”, na seção Nacional, diz:

“Depois de 10 anos de ocupação, foi ontem o despejo de 70 famílias de sem-terra da Fazenda Serra Brava no Mato Grosso do Sul (...). Não houve resistência dos invasores, que logo após a desocupação armaram acampamento em frente à propriedade rural, aguardando novo assentamento”.

Desde abril, a notícia de ocupação se resume a uma pequena mobilização em 13 de Julho de 2006, com o bloqueio de 4 rodovias no Rio Grande do Sul e com a ocupação do pátio da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). O MST reivindica o assentamento de 2,5 mil famílias e a aceleração da reforma agrária no Rio Grande do Sul. A manifestação terminou ao meio dia, quando representantes do Inbra prometeram o assentamento de 1.070 famílias até o fim de 2006 e a Conab distribuiu 1,2 mil cestas de alimentos. Reaparece o MST em 02 de Agosto de 2006 prometendo novas ocupações. De acordo com OEM:

“O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) prometeu acelerar as invasões em São Paulo, antes que as terras se transformem em canaviais.

(...) Ele [Ulisses Sebastião, coordenador estadual do MST] criticou o governo estadual por espalhar penitenciárias no interior. ‘Para a elite, a solução é a penitenciária para jogar os pobres. É mais fácil do que fazer a reforma agrária para evitar que os pobres não entrem na criminalidade.

(...) Já o superintendente do Inbra em São Paulo, Raimundo Pires Silva, culpou ontem a justiça pelo não cumprimento das promessas do governo Lula para a reforma agrária no estado”.

O primeiro ator que se pode identificar nessa notícia é o MST que promete ocupações. A notícia, portanto, não é de uma ocupação de fato, mas da promessa dela. O porta-voz do MST dirige suas críticas ao governo estadual (PSDB), diferente do que fazia em 2003, quando as lideranças do MST dirigiam suas críticas ao próprio governo federal. O governo, por sua vez, exime-se da responsabilidade de ter organizado a reforma agrária. Faz isso ao culpar a justiça pela morosidade, o que teria inviabilizado o cumprimento das promessas do governo Lula. Desaparece, dessa forma, a tensão outrora havida entre o governo e o MST. Pelo contrário, o que surge é uma tendência de apoio do MST ao governo Lula. No mesmo sentido caminha a seção Política de OEM em 8 de Outubro de 2006, sob o título “MST engajado”. De acordo com a matéria:

“O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra vai entrar de corpo, alma e jornal na campanha do presidente Lula. O MST está tentando conseguir declarações de apoio de artistas famosos e outras lideranças públicas para a ‘edição especial do jornal Brasil de Fato sobre as eleições’. A pergunta que deve ser respondida é: ‘Por que precisamos derrotar o Alckmin?’. E ainda avisa que ‘a iniciativa faz parte de uma estratégia dos movimentos sociais para evitar que o tucanato e seu projeto para o Brasil cheguem novamente ao poder’”.

Segundo Bourdieu, “as relações objetivas de poder tendem a se reproduzir nas relações de poder simbólico¹⁰⁰”. Na dimensão simbólica, o

¹⁰⁰ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel, 1989. p. 163.

poder tem sua legitimidade, em cada campo específico, construída a partir de classificações de ordem filosófica, religiosa, jurídica, entre outras. Classificações estas que firmam o reconhecimento necessário ao exercício do poder. São as relações de força, de luta, que se colocam como relações de significado. Estes devem ser buscados nas estruturas simbólicas gestadas por indivíduos e/ou coletividades que lhe conferem reconhecimento e força. As estruturas simbólicas, presentes no campo de significações, permitem-nos analisar, através da mídia, a mudança na forma de atuação do MST. Assim, é evidente a mudança de discurso do Movimento com relação ao governo no ano eleitoral. É dessa forma que analisamos o silêncio do Movimento e seu desaparecimento da mídia. As pressões antes exercidas desaparecem e se transformam em apoio e engajamento à reeleição de Lula. Um inimigo comum – Alckmin (PSDB) – é usado como fator decisivo para o apoio que o MST manifesta à candidatura petista. Durante o período eleitoral as ocupações cessam e, com elas, o discurso reivindicativo dirigido ao governo.

4. Movimento Pendular: Identidades construídas em meio a reivindicações e apoios.

Bourdieu constrói sua teoria social a partir do entendimento que toda relação social é uma relação de poder. O social é um complexo de relações de poder que se dão entre sujeitos em campos de relações específicas. A noção de campo é entendida como um espaço social que possui uma lógica própria de relações objetivas de poder, lutas, que se dão entre agentes que ocupam posições definidas. O campo é também um espaço de socialização que confere aos sujeitos modos específicos de ação (*habitus*). São as relações de poder que produzem e reproduzem a realidade social, bem como criam as possibilidades de sua transformação.

O poder simbólico não possui um portador exclusivo, ou seja, se realiza nas ações dos sujeitos que concorrem em campos de relações sociais particularizados. Relativamente autônomo, cada campo possui uma lógica própria de luta pelo poder onde bens materiais e capitais simbólicos – crenças que se fundamentam no capital econômico e cultural quando conhecido e reconhecido – estão em disputa. Para Bourdieu, as lutas que se passam em um dado campo só podem ser compreendidas articulando as mesmas com processos que se dão noutros campos e que interferem, direta

ou indiretamente, na configuração que aquele campo assume numa dada conjuntura histórica.

Na luta do campo político os atores mobilizam capitais e estratégias simbólicas acumuladas historicamente, materializados em ações sociais e práticas discursivas. Investigar o discurso dos atores políticos é condição para o entendimento dos significados presentes nas suas ações. A compreensão do discurso político exige que o analista esteja de posse do universo de tomadas de posição possíveis postas em disputa no campo político, ou seja, adentrar no debate em torno do qual indivíduos e grupos agem e produzem discursos. Nas palavras de Bourdieu “o analista procura a intenção objetiva escondida por debaixo da intenção declarada, o querer-dizer que é denunciado no que ela declara¹⁰¹”.

Bourdieu atenta para o necessário exercício do pensamento relacional na análise do debate político, pois a posição dos sujeitos só faz sentido se relacionada à posição dos demais atores. “O campo, no seu conjunto, (...) nem nos atos ou nos discursos (...), tem sentido senão relacionalmente¹⁰²”. Ações e práticas discursivas se inter cruzam nos processos de luta política, onde cada ação constitui, imediatamente, uma formação discursiva que lhe dá sentido.

¹⁰¹ BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004. p. 73.

¹⁰² Idem, p. 179.

Assim, a luta que se trava no interior do campo de significações da mídia deve ser relacionada com a luta que se trava no campo da disputa político-eleitoral. É essa disputa que leva o MST a reduzir as ocupações em 2006 e a cessar, completamente, entre o primeiro e o segundo turno das eleições. De acordo com OEM, em 13 de Outubro de 2006 na seção Política:

“Entre o primeiro e o segundo turnos das eleições, os movimentos sociais deram uma trégua ao presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Desde 1º de Outubro, dia do pleito, nenhum sem-terra invadiu um palmo de terra sequer. Uma das entidades que mais deram dor-de-cabeça ao governo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) passou a apoiar Lula indiretamente e promete um ‘Outubro Vermelho’, desta vez sem polêmicas.

A ordem de cessar as invasões e qualquer atividade foi dada pelo líder nacional do MST, João Pedro Stédile. Segundo ele, as ações nesse período podem comprometer o processo eleitoral, e mais: acabam beneficiando o candidato tucano Geraldo Alckmin.

(...) A condescendência do MST com Lula não ocorre de graça. Só no ano passado, o governo federal destinou para entidades ligadas ao movimento R\$9,5 milhões do Orçamento Geral da União, quatro vezes maior da que foi repassada ao movimento no último ano do governo FHC.

(...) Por conta de uma estratégia política, a direção nacional não declarou apoio a Lula. (...) A direção nacional do movimento orientou todas as filiais estaduais a apoiar a candidatura de Lula, participando inclusive da militância”.

Nesse trecho da matéria, fica evidente a mobilização de capital e estratégia simbólicos, materializados na prática discursiva dos agentes. O

Habitus dos sujeitos, ou seja, a “subjetividade socializada¹⁰³” é que define seu modo de ação. A estratégia do MST de ocupar terras para pressionar o governo se transforma, dessa maneira, através do silêncio da direção nacional e da militância na base do Movimento, os sem-terra se engajam na reeleição do candidato petista. O pêndulo da relação entre o governo e o MST parte para uma situação de apoio, ao invés de se posicionar em um espaço de reivindicações, como se observa em notícia de OEM de 21 de dezembro de 2003. Nessa data, além de ocupar a capa de OEM, sob a manchete: “Reforma Agrária fica no papel: enquanto FHC assentava, em média, 65 mil famílias por ano, Lula só deu terra para 30 mil”, o Movimento também ocupa duas páginas inteiras da seção política do Jornal. Segundo OEM:

“Cerca de 600 famílias, divididas em seis acampamentos no Vale do Rio Doce, estão passando dificuldades por falta de definição do governo federal.

(...) ‘As famílias estão sobrevivendo graças à ajuda de igrejas e de uma cesta básica que vem sendo distribuída pela Conab. O governo, até agora, nada. Se a gente for imaginar o governo passado para este agora, vai ver que não avançou em nada’, reclamou Cláudia Regina, de 26 anos, secretária da regional do MST no Vale do Rio Doce’.

¹⁰³ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 101.

Portanto, podemos perceber, com esse trecho da notícia, que em 2003 o pêndulo da relação entre o MST e o governo estava em uma posição de reivindicações. O MST se posicionava num sentido de exercer pressão sobre o governo para que se realizasse a reforma agrária. Pode-se notar, claramente, uma característica de descontentamento na fala da secretária do MST. Para ela, nesse momento, o governo Lula pode ser comparado ao governo Fernando Henrique Cardoso pelo fato de que, em ambos, a situação fundiária tenha permanecido sem avanços. É uma situação, portanto, muito diversa daquela observada em 2006, quando o governo Lula é apoiado pelo Movimento. Nesse momento, o Movimento, norteador pelo *habitus*, prefere o governo petista ao tucano e mobiliza capital simbólico para representar a ambos. É o que se observa em notícia de 22 de Setembro de 2006, essa tendência fica bem evidente:

“Líder do MST evita crítica ao governo: O dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, evitou ontem atacar os escândalos políticos do governo Lula, afirmando que o assunto não faz parte de sua pauta. (...) Stédile declarou que o MST não prega voto em nenhum candidato, criticou o governo por não ter cumprido a meta de assentamentos prometida, mas afirmou que 90% de seus integrantes votarão em Lula.

Ele defendeu o presidente Lula como sendo o ‘menos pior’ entre os candidatos à presidência ‘Tomara que seja eleito no primeiro turno, para evitar concessões à direita’.

Nesse trecho fica bem evidente o apoio do MST à candidatura de Lula. Apesar de Stédile declarar que o Movimento não prega voto em nenhum candidato e de criticar o governo por não ter cumprido a meta para a reforma agrária, ele declara que o governo Lula é o “menos pior” e que a maioria dos sem-terra vota em Lula. Além do mais, sua declaração demonstra o desejo de que Lula seja eleito ainda no primeiro turno, o que demonstra evidente apoio ao PT nas eleições. Dessa forma, neste momento o governo Lula não representa, para o MST, o mesmo que representa o governo tucano. No momento eleitoral, portanto, o pêndulo da relação entre o governo e os sem-terra deixa uma posição de reivindicação e passa a ocupar uma posição de apoio ao Movimento. Depois da reeleição, novamente se observa o MST realizando pressão sobre o governo. É o que se pode observar em notícia de 19 de Novembro de 2006 na seção Política de OEM:

“As urnas nem tinham sido apuradas no segundo turno quando o ministro de Relações Institucionais, Tarso Genro, expôs um dos dilemas do próximo mandato de Lula: a necessidade de ajustes fiscais ainda mais rigorosos ou a flexibilização da política econômica para investir na área social (...) Ainda este ano, os movimentos sociais voltarão ao assunto com estardalhaço. Em dezembro, pretendem iniciar uma série de protestos para tentar empurrar o governo mais para a esquerda.

As manifestações começam em 4 de dezembro, quando a União Nacional dos Estudantes (UNE) promove um ato, ao lado da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para cobrar mudanças na política econômica.

O MST suspendeu a trégua nas invasões, garantida durante o período eleitoral para não prejudicar a candidatura de Lula. Na semana passada, cerca de 600 militantes do movimento ocuparam a calçada em frente à sede do Incra em Curitiba. Armaram barracas, montaram cozinhas e tumultuaram o trânsito. Os manifestantes cobram pressa do governo federal na definição de metas de reforma agrária para o segundo mandato”.

Nesse trecho fica evidente, portanto, a posição que o MST volta a ocupar depois das eleições. O MST se coloca, novamente, em uma posição de reivindicações. Além disso, as reivindicações, dessa vez, se dirigem novamente ao governo federal. É de Lula que o Movimento cobra a definição de metas de reforma agrária. É, também, em frente à sede do Incra que os sem-terra organizam manifestações. Assim, mais uma vez o pêndulo da relação entre o MST e o governo Lula se desloca. Dessa vez, sai de uma posição de apoio, característica do período eleitoral, e passa a uma posição de reivindicação e pressão. No mesmo sentido caminha a notícia de 1º de dezembro de 2006. De acordo com OEM,

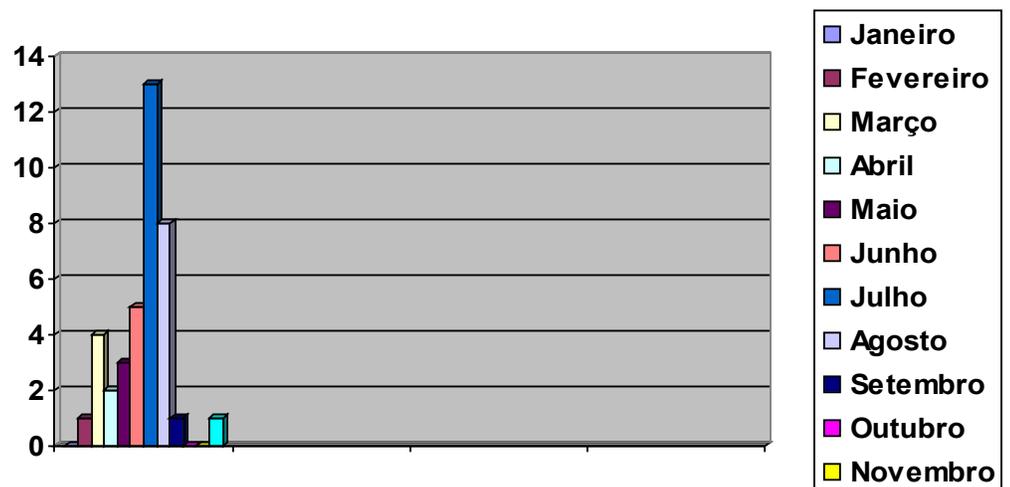
“Cerca de 5 mil trabalhadores rurais sem-terra, ligados ao MST, ocuparam ontem pela manhã o Porto de Maceió, impedindo a entrada e saída dos caminhões que abastecem os navios ou são abastecidos.

“(…) A coordenação do MST em Minas Gerais anunciou que vai iniciar em abril uma série de ocupações de terra no estado para pressionar pelo cumprimento, por parte do governo federal, de um conjunto de reivindicações do movimento”.

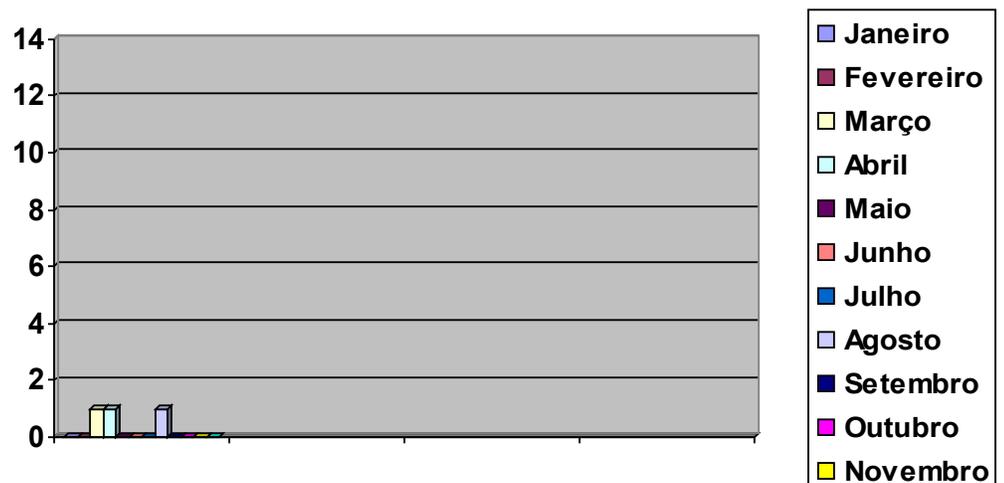
Novamente, a relação entre o MST e o governo Lula é caracterizada pela pressão que este passa a exercer sobre o governo federal

pelo atendimento a suas reivindicações. A mesma relação de pressão e de apoio do Movimento ao governo, através das ocupações, também pode ser observada se analisarmos a frequência com que o Movimento aparece nas capas de “O Estado de Minas” em 2003 comparada com 2006.

MST na capa de OEM de 2003



MST na capa de OEM de 2006



Dessa forma, pode-se facilmente perceber que em 2006, ano eleitoral, o MST aparece menos nas capas de OEM. A menor pressão que o Movimento faz no governo tem o objetivo de não atrapalhar a reeleição de Lula. Depois de março e abril, o Movimento só volta a aparecer na capa do Jornal em Agosto.

De outra forma o Movimento se comporta em 2003, quando mobiliza seu capital simbólico no sentido de exercer pressão sobre o governo. Chegam a ser noticiadas 13 ocupações em Julho, seguido por 8 ocupações em Agosto. Em 2003, somente nos meses de Janeiro, Outubro e Novembro o MST não aparece como notícia de ocupações nas páginas do jornal “O Estado de Minas”. Diferente do ano de 2006, quando ocupações só aparecem nos meses de Março, Abril e Agosto. As ocupações de 2003 totalizam 38, e as de 2006 totalizam 4 notícias em “O Estado de Minas”.

Portanto, observamos a relação entre o MST e o governo Lula através de um movimento pendular entre momentos de apoio e de pressão. Em momentos de pressão, o campo de significações apela para o *habitus* do MST caracterizado pelas ocupações. É a ocupação a mais eficiente forma do MST exercer pressão sobre os governos. Em momentos de apoio, o que se observa nos jornais é o capital simbólico sendo mobilizado no sentido de identificar o MST ao PT e ao Lula. O silêncio das ocupações e o discurso

das lideranças do MST em período eleitoral demonstram a tentativa dos sem-terra de servir de apoio à candidatura petista.

Conclusão

Depois da década de 1960, a reforma agrária se coloca como um tema que mobiliza intenso debate teórico e político. A partir de interpretações diversas, o debate se polariza entre um grupo que defende a existência de uma “Questão Agrária” no Brasil, o que resulta na necessidade de uma ampla reforma agrária, e outro grupo para quem não há que se falar em reforma agrária propriamente dita. Com o golpe militar, é o segundo grupo que se impõe como grupo hegemônico.

Com o fim da ditadura militar e a abertura política, reaparecem os movimentos de luta pela reforma agrária, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Os sindicatos e os partidos políticos também se organizam e o debate acerca da questão fundiária brasileira volta à tona. A CUT (Central Única dos Trabalhadores) se organiza e também é fundado o Partido dos Trabalhadores. O PT nasce a partir da contribuição de camponeses e impulsiona o MST, ao mesmo tempo em que é impulsionado por ele.

A proximidade entre o Partido dos Trabalhadores e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra resulta no apoio do MST a Lula todas as

vezes que foi candidato à Presidência da República. Em 2002 um novo quadro político se configura. Além do apoio de grupos ligados aos Sem Terra, Lula recebe apoio também de setores identificados com o latifúndio e com o agronegócio. Nem por isso é menor a esperança que a vitória eleitoral de Lula em 2002 representou para os movimentos sociais e para o MST.

Diferentes identidades são construídas em torno do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Uma, construída pelo Jornal “O Estado de Minas”, atribui ao Movimento o caráter de desordem, violência e relaciono à criminalidade e ao vandalismo. Outra, construída pelo próprio Movimento, invoca a luta dos povos oprimidos na história do Brasil e o identifica não somente com a reforma agrária, mas com a luta por justiça no Brasil. De qualquer forma, percebe-se a desfilar pelas páginas do jornal “O Estado de Minas”, que ambas as construções simbólicas, a atribuída e a construída, identificam o MST ao governo Lula e ao Partido dos Trabalhadores. É esse, o jornal “O Estado de Minas” um espaço privilegiado para a construção de identidades onde se travou um embate no campo da significação.

É partir dessas identidades que o MST, ao ocupar as páginas do jornal “O Estado de Minas”, constrói sua relação com o governo Lula. Concluimos deste trabalho monográfico, que a relação entre o governo Lula e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra obedece a um

“movimento pendular”, alternando momentos de pressão e reivindicações sobre o governo, com momentos de apoio a Lula.

Percebe-se também que a alternância desses momentos de pressão e apoio não se dá ao acaso. A disputa que se observa no campo da representação simbólica no Jornal “O Estado de Minas” é influenciada por um embate que se trava em outro campo: o político-eleitoral. A eleição e a reeleição se colocam como fatores determinantes da relação que se estabelece entre o Movimento dos Sem Terra, aliado histórico de Lula, e o governo. As críticas a Lula, feitas pelo MST, são sempre limitadas à manutenção de Lula no governo em oposição a FHC. Caso haja a possibilidade de retorno do PSDB, como em 2006, a prioridade passa a ser o ataque ao “inimigo comum”. É por isso que em 2006, ano eleitoral, o MST abaixa o tom com o governo e passa a criticar o PSDB, ao mesmo tempo em que as ocupações se tornam mais raras nas páginas de OEM.

Pelo contrário, em 2003, primeiro ano do governo, a pressão sobre Lula foi crescente e as ocupações foram constantemente notícias nas páginas, e até mesmo nas capas, de OEM. Sem o acirramento na disputa político-eleitoral, o pêndulo da relação entre o governo Lula e o MST deixou o local de apoio e passou para um espaço de pressão e reivindicação sobre o governo.

Bibliografia

ADRIOLI, António Inácio. *A Reforma Agrária e o Governo Lula: entre a expectativa e a possibilidade*. Revista Espaço Acadêmico – Nº 31 – dezembro de 2003.

BORGES, Fragmon Calmon. *Origens históricas da propriedade da terra – 1958*. in Stédile, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil – O debate tradicional 1500/1960*.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*, Ed. Brasiliense, 1990.

_____. *O Desencantamento do Mundo*, Ed. Perspectiva, São Paulo.

_____. *Poder Simbólico*, Ed. Difel, Lisboa, 1994. p. 207.

_____. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. *A produção da crença: contribuição para uma economia da dos bens simbólicos*. 3ª edição – Porto Alegre, RS: Zouk, 2006.

_____. *La noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*. (tradução sugerida: A nobreza de Estado. Grandes escolas e corporativismo). Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

_____. *L'Emprise du journalisme. Actes de la Recherche*. Paris, n101, Mars 1994.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

_____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, RJ: Marco Zero, 1983.

_____. *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. 5. ed. Campinas: Papirus Editora, 2004.

BRANFORD, Sue e ROCHA, Jan. *Rompendo a cerca – a história do MST*. [tradução Rubens Galves Merino]. – 1ª. Ed. – São Paulo: Casa Amarela, 2004.

COMPARATO, Bruno Konder. *A Ação Política do MST*. São Paulo. Perspectiva. vol. 15 no.4 São Paulo Out./Dez. 2001

DELGADO, Guilherme C. *A Questão agrária no Brasil, 1950-2003*.

JACCOUD, Luciana (Organizador). In: Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005, p. p. 51-90.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

_____. *MST – Formação e Territorialização*. Editora Hucitec. SP, 1996.

_____. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

Guimarães, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil – O debate tradicional 1500/1960*.

JONES, Alberto da Silva. *Reforma Agrária e direito de propriedade*. In: Introdução crítica ao direito agrário. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

JUNIOR, Caio Prado. *A Questão Agrária e a Revolução Brasileira*. In STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil – O debate tradicional 1500/1960*.

KONDER, Leandro. *História das Idéias Socialistas no Brasil*. – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARTINS, José de Sousa. *O Cativo da Terra*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.

_____. *O poder do atraso. Ensaio da sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994. Cap. 2 (A aliança entre o capital e a propriedade da terra no Brasil: a aliança do atraso).

_____. *Reforma agrária – o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra* – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MELO, José Marques de. *Estudos de Jornalismo Comparado*. Livraria Pioneira Editora. São Paulo: SP. 1972.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990*. in *A Questão Agrária no Brasil vol. 5*. editora Expressão Popular.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da Luta pela Terra e o MST*. Sao Paulo: Expressão Popular, 2001.

PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio. *Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas*. In Costa, L. F. e Santos, R. (orgs.) *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil – O debate tradicional 1500/1960*. 1ª ed, São Paulo: Editora Expressão Popular.

_____ (Org.). *A Questão Agrária no Brasil – O debate na esquerda: 1960-1980.*

_____ / FERNANDES, Bernardo Mançano . *Brava Gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.*